# REVISTA DO MOVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DEMOCRÁTICO ANO IX - Nº 42

COPA DAS COPAS OU DAS ILUSÕES

POR SANDRA OLIVEIRA MONTEIRO

A BOLA ROLA NOS GRAMADOS ASSIM COMO A DÍVIDA PÚBLICA. NÃO HÁ MAIS TEMPO PARA SE CANCELAR OU PARAR O EVENTO. O GOVERNO, NO ENTANTO, AINDA PRECISA PRESTAR CONTAS À SOCIEDADE.

### **ENTREVISTA**

O repórter investigativo Andrew Jennings fala sobre reserva de mercado de ingressos para a Copa 2014, corrupção e mostra porque se tornou inimigo nº 1 da FIFA

Pág 10

EM DISCUSSÃO: Um pirata de ferro,

Um pirata de ferro, por Tiago de Toledo Rodrigues

nes por Ladislau Dowbor

Pág 19

Pág 24

COM A PALAVRA:

O direito de brincar,

### **CARTA AO LEITOR**

### A COPA

Campeonato do Mundo de Futebol, ou Campeonato de Futebol, a competição de natureza internacional ocorre a cada quatro anos desde 1928, data de sua criação, na França, sob a liderança do então Presidente Jules Rimet. É aberta a todas as federações reconhecidas pela FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado). A primeira edição deu-se em 1930, no Uruguai cuja seleção consagrou-se campeã, tendo como última campeã a Espanha, em 2010 tendo como país anfitrião a África do Sul.

O Brasil possui a única seleção a ter jogado todas as competições, mantendo o recorde de vitórias com cinco edições de sucesso, sendo o único proprietário da Taça Jules Rimet, seguida pela seleção a Itália, com quatro troféus, um a mais que a Alemanha.

Trata-se da modalidade esportiva mais vista do mundo, atrás apenas dos Jogos Olímpicos. Sob o ponto de vista econômico, traduz-se com efeitos positivos sobre o crescimento de diversos setores, através de instalações desportivas, dentre as quais, estádios e viabilizando melhorias em estradas, aeroportos, hotéis e toda infraestrutura para receber os competidores.

Também sob o ponto de vista político, a Copa do Mundo pode transmitir valores positivos ou negativos. Ocasião de violência, com brigas nos estádios, também pode servir de publicidade a regimes totalitários.

O Brasil, em 1970, ofereceu brilhante espetáculo, com astros de primeira qualidade. Houve, lamentavelmente, festejos que permitiram, ao regime de exceção, na figura do então ditador de plantão, General Emílio Garrastazu Médici, a propaganda da Ditadura. Enquanto gritos ecoavam nos estádios e nas ruas, outros gritos lancinantes também ecoavam dos porões do regime autoritário. Criaram-se slogans que indispunham aqueles que lutavam contra a opressão, convidando-os a se retirarem. Ame-o ou deixe-o. O ufanismo se expandia na música, assinalando que ninguém segurava o Brasil e somente aqueles que se curvavam ao arbítrio amavam o País. Pura demagogia e perversa utilização do esporte para benefício de uma camarilha que, em 1964, usurpara o poder pelas armas.

Estes são tempos passados e o esporte futebolístico adquiriu sua fase rigorosamente positiva, estimulando o crescimento de setores e o desenvolvimento do país sede, vencendo as adversidades, mais perceptíveis em países menos desenvolvidos, porém, superáveis num contexto democrático e transparente.

Apesar das deficiências, é possível dar ao povo um espetáculo, sem que venha à mente, aquele ditado maldito que dizia que à população, deve-se oferecer circo. Circo sim. mas também o pão.

Afinal, a gente não quer só comida, também quer diversão.

# Dialógico

REVISTA MPD DIALÓGICO - ANO IX, N. 42

**TIRAGEM: 5.000 EXEMPLARES** 

**DISTRIBUÍDA GRATUITAMENTE** 

MOVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DEMOCRÁTICO

Rua Riachuelo, 217 – 5° andar CEP 01007-000 - Centro - São Paulo - SP Tel./fax: (11) 3241-4313 www.mpd.org.br dialogico@mpd.org.br

CONSELHO EDITORIAL:

Alexander Matias Ana Lúcia Menezes Vieira Antonio Visconti Carlos Scaranci Celeste Leite dos Santos Claudionor Mendonca dos Santos Evelise Pedroso Irene Moreno Vasconcellos Laila Said Abdel Qader Shukair Márcio Soares Berclaz Maria Gabriela Prado Manssur Pedro Eduardo de Camargo Elias Renato Kim Fabiana Dal'Mas Roberto Livianu Sueli de Fátima Buzo Riviera

DIRETORIA

PRESIDENTE

Roberto Livianu

VICE-PRESIDENTE

Márcio Soares Berclaz

Tiago Toledo Rodrigues Valderez Deudedit Ubiratan Cazetta

**TESOUREIRA** 

Sueli de Fátima Buzo Riviera

PRIMEIRA-SECRETÁRIA

Ana Lúcia Menezes Vieira

SEGUNDA-SECRETÁRIA

Maria Gabriela Prado Manssur

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

EDIÇÃO: Sandra Oliveira Monteiro - MTB: 0070492-SP ASSISTENTE DE EDICÃO: Lilian Milena Souza Penha PROJETO GRÁFICO E CAPA: Flag Comunicação

CAPA: Flag Comunicação

DIAGRAMAÇÃO: Flag Comunicação REVISÃO: Erick De Maio ILUSTRAÇÕES: Luiz Ferrarezzi

CTP. IMPRESSÃO E ACABAMENTO: Copbem Gráfica e Editora

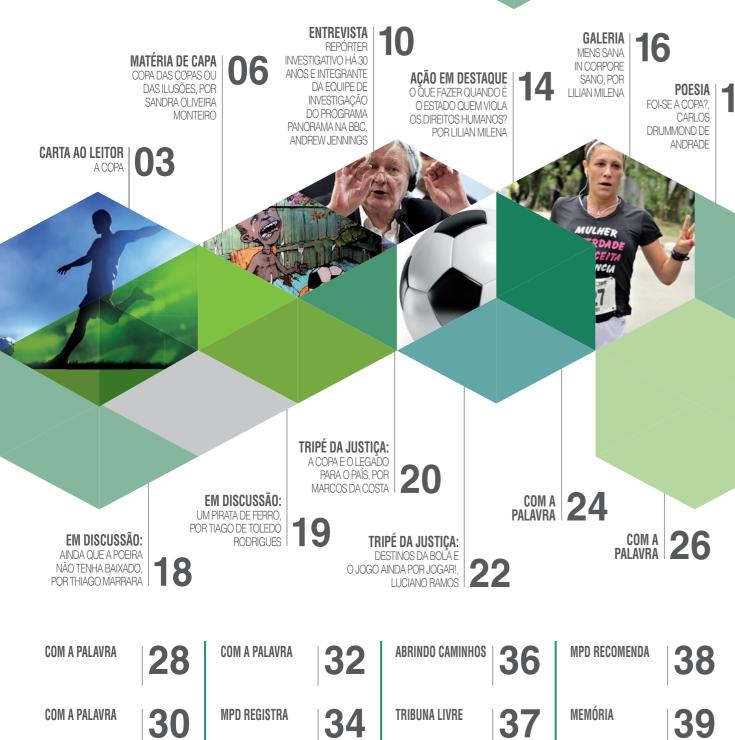
IMPRESSO EM JUNHO DE 2014.

As opiniões expressas nos artigos são da inteira responsabilidade dos autores.



# **SUMÁRIO**









# COPA DAS COPAS OU DAS ILUSÕES

A Copa 2014 tem sido o assunto principal da imprensa mundial e de muitas manifestações populares. Desde 2007, os valores que seriam gastos com o evento aumentaram vertiginosamente, bem como a insatisfação popular. Saúde, educação e segurança são apontados como prioridades maiores do que a construção e reforma de estádios sob os desmandos da FIFA.

Para parte dos brasileiros, o futebol é sagrado. Uma devoção espiritual. Para os manifestantes que repetiram o lema #nãovaitercopa: "Um grito de gol não pode abafar nossa história". Uma frase que, segundo o Procurador da República, no Ministério Público de Goiás, Ailton Benedito de Souza deve ser levada a sério agora e depois da Copa, "pois há muito dinheiro público envolvido nos gastos com o campeonato e muitas promessas não cumpridas".

### **CONFUSÃO DE NÚMEROS**

Augusto Nardes, Ministro-Presidente do TCU, diz que a ausência de transparência de contas inexiste. "Percebe-se um esforço muito grande do governo federal no que tange à transparência dos gastos com a Copa do Mundo". Ao contrário, "houve um grande avanço nesse aspecto tanto no sentido do controle institucional como no do controle social". Reitera sua opinião, ao enumerar que três portais oficiais revelam os gastos em obras e porcentagens de investimentos: o portal de transparência do governo federal; o portal copa transparente, da Controladoria Geral da União (CGU) e o fiscalização copa 2014, do TCU. Souza, no entanto, reflete que embora todos esses portais tragam dados sobre o mundial, é difícil de enxergar o que se busca. Ailton relata preferir as informações fornecidas pelo tribunal por considerá-las mais precisas. O procurador também diz ter verificado que até mesmo os dados oficiais trazem uma leve discrepância entre os números. Uma pequena amostra desta discrepância a que ele se refere pode ser vista em uma comparação simples. Segundo dados do Ministério do Esporte, até setembro de

dos R\$ 25, 6 bilhões gastos com todos os projetos para a Copa, a maior parte saiu dos cofres públicos. Somente 14,8% dos investimentos vieram de empresas privadas (R\$ 3,8 bilhões). Já os dados do Tribunal de Contas da União são um pouco mais otimistas quanto aos investimentos privados. Do total de gastos, R\$ 21,4 bilhões (83,6%) representariam os

gastos públicos. Enquanto os privados girariam em torno de R\$ 4,2 bilhões (16,4%) do todo e, em sua maioria, foram destinados a obras de construção e melhorias de aeroportos (R\$ 3,6 bilhões).

Há muito dinheiro público envolvido nos gastos com o campeonato e muitas promessas não cumpridas.

### PROMESSAS NÃO CUMPRIDAS

Das promessas do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e do ex-ministro Orlando Silva que vislumbravam grandes investimentos da iniciativa privada em obras para a realização do mundial nada sobrou. Não foi desta forma que ocorreu, "a maior parte das obras em estádios recebeu injeção de dinheiro público ou foi totalmente paga por ele", diz o procurador. Celso Unzelte, jornalista e professor da Cásper Líbero acrescenta que não apenas a maior parte do investimento foi público, mas "mal gerenciado".

### Arenas

Entre as arenas públicas estão o Mineirão que, por exemplo, teve seu valor original elevado em 63%, dos R\$ 426 milhões iniciais teve seu custo final avaliado em R\$ 695 milhões. Já a arena Mané Garrincha de R\$ 696 milhões passou a R\$ 1,2 bilhão, 72% a mais. Por sua vez, a reforma do Maracanã que custaria R\$ 600 milhões saltou para a quantia de R\$ 882,9 milhões, 47% a mais.

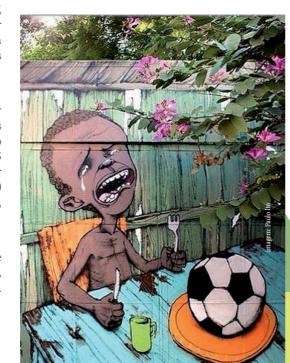
### Mobilidad

Em 2008, o Tribunal de Contas da União, sobre as ações e obras para os jogos do Pan-americano, detectou inúmeras falhas de planejamento. A

ausência de um planejamento prévio e adequado quanto a prazos de entrega das obras que, segundo o tribunal, deveriam servir de exemplo para outros eventos de grande magnitude como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Por orientação do TCU, em 2010, foi firmada a matriz de responsabilidades. Documento em que ficaram definidos os encargos assumidos por cada unidade federativa envolvida no mundial.

No ano de assinatura da matriz, estavam previstas 56 obras de mobilidade para o mundial, os prognósticos indicavam que os investimentos estatais seriam de aproximadamente R\$ 15,4 bilhões. Em 2013, no entanto, devido a várias inviabilidades de se prosseguir com a execução de alguns projetos, o número de obras caiu para 41, diminuindo o valor previsto para aproximadamente R\$ 8 bilhões, conforme portal da transparência.



### Falhas de planejamento

De acordo com Nardes, a matriz de responsabilidades não foi suficiente. A questão a ser enfrentada não se resume exclusivamente ao planejamento do mundial, "é algo mais amplo: é uma grande carência na área de governança pública". O ministro relata que durante as fiscalizações, são encontradas deficiências ou insuficiências nos projetos básicos e executivos. São estas falhas que podem "acarretar necessidade de aditivos contratuais e aumentar expressivamente os custos originais previstos.

Para o procurador da República, as falhas de planejamento "são graves porque cometidas com o dinheiro público". Ele não pontua apenas o atraso das obras, mas também o cancelamento e a troca de projetos preestabelecidos na matriz de responsabilidades original.

Segundo Souza, muitos dos projetos foram cancelados ou substituídos devido à necessidade de obter resultados rápidos à medida que a data do mundial se aproximava.

### Burocracia

As cidades-sede que mais tiveram números de projetos abortados foram Manaus e Porto Alegre. Em Manaus, dos dois projetos pretendidos, nenhum foi realizado. Algumas justificativas apontadas para a não realização das obras manauaras são a ausência de licença ambiental, problemas de licitação e falta de entendimento entre o governo e a prefeitura. Já em Porto Alegre, dos 9 projetos iniciais, apenas 2 foram concluídos. Além da falta de recursos financeiros devido a questões burocráticas, outros fatores que afetaram o andamento das obras foram erros de planejamento e disputas judiciais.

A burocracia na opinião do ministro, no entanto, prejudica não só a realização de importantes empreendimentos para o Brasil, mas também, o

desenvolvimento do país. A Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993) seria um dos entraves, de acordo com Nardes, pois "sua operacionalização gera uma série de dificuldades que põem em xeque sua eficácia". Para o presidente do TCU, inovações devem ser introduzidas para simplificar e facilitar a atuação dos agentes públicos e privados, a exemplo do pregão, especialmente na modalidade eletrônica, e do Regime Diferenciado de Contratações – RDC (inicialmente definido para utilização nas obras da Copa do Mundo e depois expandido para outros tipos de empreendimentos públicos).

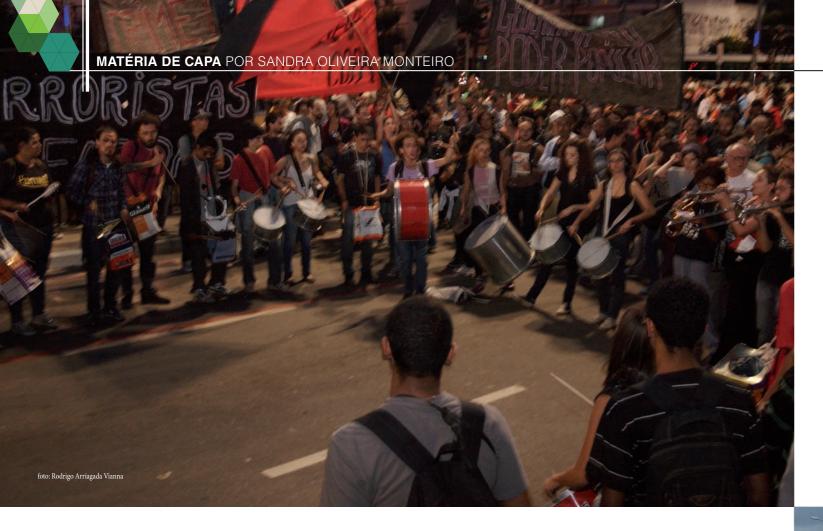


Apesar de bem visto aos olhos do Presidente do TCU, um levantamento, realizado pelo Sindicato da Arquitetura e da Engenharia (Sinaenco) em conjunto com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) com base em obras para a Copa, mostra que o RDC pode não ser a melhor escolha para a realização de obras públicas. Pois, apesar de ganhar tempo com a burocracia licitatória, a obra pode não ser entregue dentro do prazo.

### O a mais

Tanto Souza quanto Unzelte pensam que, ainda há muito a ser contabilizado nos valores referentes aos gastos com a Copa, mesmo após o fim do mundial. Para o jornalista, uma das grandes questões a ser observada após o campeonato é "o uso dos estádios". Construídos ou reformados para serem mais do que arenas de futebol, os estádios também poderão recepcionar shows e eventos de grande porte. Unzelte reflete que, no entanto, "é necessário ficar de olho se todo este investimento em várias funções trará retorno financeiro capaz de pagar as dívidas contraídas para as obras das arenas e também arcar com os altos custos de manutenção".







Ser contra ou a favor do mundial não faz sentido mesmo dentro de todo este contexto, na opinião do economista Luiz Gonzaga Belluzzo, porque os gastos com a Copa "são uma gota dentro de um oceano". Para Unzelte porque a bola já está em campo "o dinheiro já foi gasto, o tempo de se manifestar contra a realização do evento já passou. É necessário separar até onde vai a crítica e até onde vai a curtição", opinião dividida também por Sérgio Adorno sobre a necessidade de se separar a paixão, da crítica política. "Sim, sou contra a corrupção, os gastos excessivos, o endividamento dos estados. Questiono-me quem pagará tudo isso. Nós, claro, os cidadãos e com maior ênfase, os mais pobres porque faltará dinheiro para investir em escolas, em saúde, habitação, transporte de qualidade. Mas não sou contra a Copa, porque seria o mesmo que ser contra o futebol e eu não sou contra o futebol. Sou sim contra esta visão mercadológica, capitalista que beneficia alguns e prejudica outros, sim, eu sou contra", finaliza o cientista político.



### Desmandos da FIFA?

As críticas quanto a Copa 2014 não são apenas relativas aos gastos, mas à perda da soberania a cada atitude tomada para se alinhar ao padrão FIFA de qualidade. Para Sérgio Adorno, professor, cientista social, doutor em sociologia e coordenador do Núcleo de Estudos da Violência, a FIFA deve ser vista como uma corporação internacional e como todas elas "fere a soberania nacional porque retira os valores da sociedade para impor os seus".

A realidade do que exposto por Adorno não é diferente de como o próprio secretário-geral da FIFA, Gérome Valcke, fala sobre o papel da organização no evento. Em entrevista, em primeiro de junho, ao jornalista Jorge Luiz Rodrigues do jornal O Globo, Valcke diz claramente que "a minha função é defender os interesses da FIFA e assegurar que a FIFA seja forte como instituição. Não politicamente, porque isso é atribuição de Blatter.

A razão para estes desmandos são diversas vezes justificados pelo padrão FIFA e pelas "sugestões" que a organização sem fins lucrativos impôs para que a Copa 2014 fosse realizada no Brasil. Todas justificadas também por leis. Duas delas são a Lei

12.350, de 2010, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Lei12663, de 2012, conhecida como Lei Geral da Copa.

Para o jornalista Celso Unzelte, no entanto, não há necessidade de se ir muito além na análise jurídica e numérica para se perceber o desmando em um mínimo detalhe. Com um pequeno exemplo corriqueiro, ele demonstra a relação entre as "sugestões" da FIFA e a perda de soberania. Para ele, basta observar "o entorno dos estádios feitos sob o padrão FIFA, a perda do direito de ir e vir é óbvia, mas nada é questionado, não pelo governo".

### Paixão, manifestações e segurança na Copa

Embora a Copa seja um fenômeno da cultura universal, na opinião de Sérgio Adorno, a organização do evento é cada vez mais capitalista e burocrática. "No fundo, ela deixou de estar voltada para o espetáculo para virar um balcão de negócios. O que eu espero ver é um bom espetáculo de futebol, bons jogadores e jogos".

"Adoro futebol, mas tem hora. Não pode cegar as pessoas. Há assuntos mais urgentes como educação,

saúde e transporte e as pessoas devem se manifestar, marcar suas posições, se fazer ouvir", diz Unzelte. Para Adorno, no entanto, protestar não significa agir com violência e nem recebê-la como fruto da expressão política que prima pelo diálogo. Ao contrário quando se trata de qualquer debate "a violência deslegitima todo o contexto porque impede o outro que não quer utilizá-la de se manifestar uma vez que não é instrumento político, mas da apolítica". O sociólogo ainda acrescenta "assim como, eu acredito devam ser as manifestações, uma forma de expor publicamente seus objetivos e o interesse comum da população às autoridades".

Indo além, Adorno diz que é claro que "um evento como a Copa exige um planejamento mais complexo de organização do que aquele que garante a ordem pública do dia a dia. Um sistema de segurança muito diferenciado com polícias especializadas, bem informadas e que possam agir preventivamente". Entretanto, ele não enxerga que possa haver ocorrências mais graves do que aquelas que ocorrem em outros grandes eventos brasileiros já consagrados como é o caso do carnaval.





foto: agência Brasil/ebc



# **ANDREW JENNINGS**

FIFA reúne todas as características da máfia



Um homem de quase 70 anos, simpático e consciente dos temas que aborda, fala com clareza dos motivos que o levam a continuar suas investigações não só contra a FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado) e o COI (Comitê Olímpico Internacional), mas contra qualquer ato que denote corrupção. Para ele, o povo brasileiro não tem com o que se alegrar ao sediar a Copa do Mundo. "As pessoas têm de vaiar, vaiar o evento, os dirigentes da FIFA, a política empreendida para a organização do evento".

Andrew Jennings nasceu na Escócia em 1946. Mudou-se para Londres, na Inglaterra, quando ainda era criança. Começou sua carreira, na década de 1960, no jornal The Sunday Times. Passou por outras publicações britânicas até chegar à rádio BBC Four e depois, à BBC TV, onde se destacou como repórter investigativo.

> Recentemente lançou o livro "Um jogo cada vez mais sujo (O padrão FIFA de fazer negócios e manter tudo em silêncio)", em inglês, "Omertà".

### MPD Dialógico - Por que o senhor dedicou parte de sua vida a investigar a FIFA e o COI?

Andrew Jennings - É uma longa história que começa no fim da década de 1980. Eu trabalhava em um programa investigativo na televisão com meu amigo e diretor Paul Greengrass. Um dia, ele olhou para mim e disse: "Hey, Andrew, por que vamos escrever um livro sobre o Comitê Olímpico Internacional?". E eu perguntei: "Do que se trata?". Foi assim que começou.

### Dialógico - E do que se tratava?

Jennings - Greengrass me explicou que tinha uma fonte dentro do comitê e começamos a cavar informações. Entre outras descobertas uma delas foi a de que o então Presidente do COI, Juan Antonio Saramanch, era um fascista espanhol. Quando você descobre, como eu costumo dizer, que quem está no comando tem mais músculos no braço direito do que no esquerdo porque passou os últimos 30 (trinta) anos fazendo a saudação fascista, isto vira uma grande contradição com todo o idealismo que nós é passado quanto aos esportes olímpicos. É muito interessante perceber quem foi este velho homem que direcionou os esportes.

### D - O senhor gosta de esportes?

J - Toda esta investigação nunca teve algo a ver com esportes. Eu não sou um amante de esportes. Sempre faço a piada de que se você me enviar a um jogo, eu vou errar qual é a linha de pontuação. Eu sou um repórter à moda antiga, acostumado a relatar casos de corrupção policial, corrupção de governos, de serviços de inteligência, este tipo de coisas que um repórter investigativo faz. E agradeço a meu amigo por ter criado a oportunidade de eu investigar o COI. Tudo o que me intriga e me interessa, eu relato.

### D - Qual a relação entre a FIFA e o COI?

J - Eu gastei apenas alguns anos investigando o COI para perceber que havia um cruzamento entre o comitê e a FIFA. Os dois órgãos são corruptos. Você não precisa saber qualquer coisa sobre futebol para falar sobre a corrupção da FIFA, basta seguir o dinheiro. O que é interessante sobre a FIFA é que você tem uma mistura de globalização e grandes patrocinadores. Quer dizer, eles não são mais patrocinadores, desculpe-me pelo erro, eles são parceiros. Então, se você gosta de esportes, a Coca-Cola é seu parceiro, o Mc Donald's é seu parceiro. Empresas que financiam o esporte para conquistar uma boa imagem.

### D - Por que o senhor pediu desculpas por chamá-los de patrocinadores? Não é isso que são?

J - Eles mesmos mudaram a linguagem. A forma de serem chamados. Eu como um escritor, sempre me interesso por entender o porquê do uso de determinada linguagem e afirmo que eles não são nossos parceiros. As marcas globais compram eventos como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo. Fazem isto para serem aceitos pelas comunidades. É como se dissessem, nós não apodrecemos os seus dentes, na verdade, nós trazemos o futebol, trazemos a paixão pelo esporte. Entretanto, nós [as pessoas] não precisamos deles.

### D - Por que o senhor diz que não precisamos de patrocinadores para eventos esportivos?

J - Como já disse antes, meu interesse é investigar casos de corrupção. Neste caso, a corrupção global, o uso da paixão das pessoas para a satisfação comercial das marcas globais. Eu não sou um grande fã de futebol, mas milhões de pessoas são. Se o time delas perde no fim de semana, elas ficam tristes por toda a semana. Para um torcedor apaixonado pelo Flamengo ou pelo Corinthians, ou por qualquer outro time, a perda de um jogo causa angústia, pois envolve paixão. É paixão delas que as leva ao campo ou a assistir os jogos pela TV. Eu não compartilho este sentimento, mas eu o reconheço. Dá raiva ver estes bandidos tirando vantagem desta paixão perfeitamente plausível, decente e possível de entender. Não estou falando sobre os hooligans, sobre as organizadas. Estou falando sobre um monte de amigos que eu tenho apaixonados por seus times, que são de classe média, que não brigam nas ruas, mas que se sentem miseráveis no domingo à noite se o seu time perde. É genuíno. Holligans, organizadas são uma pequena parte disto. Não acredito que grande parte dos brasileiros sejam hooligans. Eles são?

### D - Não. Em geral, são pessoas comuns que torcem e sofrem pelos seus times e também brincam bastante entre si, trocam piadinhas sarcásticas sobre seus clubes, mas a meu ver, na maioria das vezes, simples provocações saudáveis entre "adversários". Embora algumas vezes passem um pouco do ponto e deixem de ser brincadeiras.

J - Tudo o que estou querendo dizer é que a paixão é legítima e que esta paixão global pelos jogos está sendo explorada. [Joseph Sepp] Blatter e o mercado enxergam esta paixão humana pelo esporte. A ideia deveria ser simples, futebol é bonito quando é bom.

### D - É apenas a mudança de denominação que faz o senhor ter uma visão ruim sobre os parceiros/ patrocinadores da Copa?

J - Não. Minha visão é pior. A FIFA conseguiu forçar os governantes brasileiros a aprovarem a Lei Geral da Copa (LGC). Romário estava protestando contra a LGC no Congresso. O país perde impostos por um ano. O dinheiro sai do país para ir direto para os parceiros da Copa, para a FIFA. Como assim os parceiros não pagam impostos? Por que os brasileiros têm de abrir mão do pagamento de impostos pelos patrocinadores da Copa? Não é todo mundo que gosta de futebol,



Como já disse antes, meu interesse é investigar casos de corrupção. **11** 







até mesmo no Brasil. Por que, então, deixar que estas empresas não paguem impostos que beneficiariam ao país? Por que motivo?

### D - Qual sua definição de corrupção?

J - Oh, Meu Deus! Isto é grande! Mentir e roubar. Eu considero que, em geral, corrupção tem a ver com roubar o dinheiro de outras pessoas por meio de governos ou instituições públicas. Se alguém rouba o dinheiro de outra pessoa, é uma pessoa ruim, mas eu não considero isto como corrupção. A definição do que é corrupção se relaciona muito mais com o desvio de dinheiro em organizações públicas. O roubo que pessoas más que trabalham em órgãos públicos cometem e é encoberto pela polícia, ou por um juiz, como uma mafia. Isto é o que eu denomino como crime organizado.

### D - O senhor diz que a FIFA é mais do que uma mafia. Por quê?

I - A FIFA reúne todas as características da máfia. Tem

um todo poderoso cercado por bandidos gananciosos, o fornecimento de proteção caso alguns deles seja pego fazendo algo errado e um código de silêncio que exila a todos os que denunciam seus esquemas (Omerta). Há uma cultura criminosa em tudo isto. Se você está em uma gangue e desafortunadamente é pego fazendo algo de errado, não precisa se preocupar, porque as normas do grupo são voltadas para o crime. Estou tranquilo quando afirmo que o líder da FIFA é um criminoso e que a FIFA é um sindicato do crime organizado. Tenho escrito muitos artigos acadêmicos sobre o assunto e eles nunca me calaram porque não querem ir à justiça para discutir o assunto. Quando eu comecei a investigar a FIFA, eu pensei que encontraria apenas alguns ladrões, três ou quatro criminosos que você encontra em diversos lugares, entende? Mas eu encontrei mais do que isto. Blatter e [Jean-Marie Faustin Goedefroid, mais conhecido como João] Havelange nunca tiveram problemas com isto. Eles nunca disseram: "Este homem é um bandido? Estou enojado. Tirem-no daqui". Eles nunca disseram uma só palavra. Quando eu fui ao Rio de Janeiro, comecei a investigar o que havia por trás de Havelange. O que eu descobri? Castor de Andrade. O maior gansgter que o Brasil já teve, a seu modo, maior do que [Paulo] Maluf que é um ladão restrito a São Paulo.

### D - O senhor também tem um posicionamento muito particular sobre Ricardo Teixeira. Qual é?

J - Tudo o que Ricardo Teixeira pode comprovar nos anos em que esteve na Confedereação Brasielira de Futebol (CBF) é que ele é um ladrão, junto a seu

pequeno grupo. A FIFA não deu a Copa para o Brasil, deu para ele. Um de seus melhores criminosos.

### D - Qual a relação entre Castor de Andrade e João Havelange?

J - Andrade tinha o controle da polícia, dos juízes, da ditadura, os militares deixaram-no atuar sozinho, eles não queriam quaisquer problemas com ele. O exército brasileiro o considerava muito poderoso. Ninguém devia mexer com Andrade. A relação entre Havelange e Castor fica muito clara, em 1994, quando junto com os livro-caixa do bicheiro, apreendidos pela polícia, é encontrada uma carta de João Havellange em que, o então presidente da FIFA, diz que é amigo de Andrade. Relação que se reafirma com as visitas de Havelange a Andrade na prisão. Castor não era um amante do futebol ou do carnaval. Ele era pragmático. A relação com estes dois ícones da cultura brasileira eram úteis para ele. Eram só negócios.

### D - Além desta estranha relação de um Presidente da FIFA com Castor de Andrade. Que o senhor cita em seu livro atual "Um jogo cada vez mais sujo (O padrão FIFA de fazer negócios e manter tudo em silêncio)" em inglês "Omertà". Há algum outro exemplo que mostre a FIFA como uma organização criminosa?

J - Você vai ver que em alguns dias surgirão montes de ingressos para a Copa que nunca foram oferecidos para os brasileiros. Eles foram desviados pela FIFA para serem vendidos no mercado negro. Maravilhoso! Livre de impostos, dinheiro, você entende? A máquina tem de ser lubrificada. Ela tem de ser engraxada. Era o que Havelange fazia e, agora, o Blatter faz. Conseguiu visualizar? Acordou?

### D - Os ingressos são lavagem de dinheiro?

J - Não efetivamente. Eles são dinheiro. Ingressos têm valor, não têm? Você têm uma centena deles. Você está rico. E eles, Havelange, Blatter antes de disponibizá-los no mercado pegaram centenas deles e desviaram das associações nacionais onde os brasileiros poderiam comprar para poder vender mais tarde, por baixo dos panos, por dinheiro, no mercado negro. É o que eu explico no sétimo capítulo do livro Omertà. Crime organizado, você enxerga? Eles compram juízes. Eles são ramos de uma organização criminosa. Eles são a escória. Você os levaria para sua casa para encontrar pessoas que você ama? Não. Você não os levaria para casa, levaria? Eles entraram no escritório do Obama, na Casa Branca. Eles entraram no Kremlin. Eles podem entrar no Palácio do Planalto, em Brasília. O futebol dá a eles tudo o que eles querem. A polícia brasileira está se movendo contra a FIFA? Não. Ninguém os

quer levar para casa? Eles têm esta vida encantadora onde eles são pouco investigados. Na Suíça, apenas um bravo magistrado teve a coragem de investigá-los. Está tudo no meu livro.

### D - O senhor acredita que as manifestações contra a Copa estão fora do tempo?

J - Você tem uma grande questão aí. O que elas poderiam mudar no Brasil? O que elas mudarão na Copa do Mundo? Dois diferentes problemas, mas conjuntos. Eu acho os protestos maravilhosos. Penso que as pessoas que protestam são muito corajosas de irem contra a violência policial, contra o gás lacrimogênio. Do lado de fora, como um estrangeiro, eu faço uma ligação entre o que ocorre hoje, no Brasil, com 1985, fim da ditadura militar em seu país. O mundo dizia naquela data: "Olhem, a democracia está voltando ao Brasil". Vocês passaram a poder votar, a escolher seus representantes. Entretanto, desde então, as pessoas foram alimentadas cada vez mais apenas por corrupção. Até que a rolha saiu da garrafa. E as pessoas começaram a enxergar que elas não precisam de belos estádios, de elefantes brancos. O Brasil tem jogado futebol há tantos anos sem eles. É difícil para um pai andar com seu filho até o hospital nos braços e ouvir do médico: "Não posso ajudá-lo, desculpe-me não temos leito no hospital, estamos sem medicamentos ou mesmo sem enfermeiras suficientes. Eu realmente sinto por seu filho". Depois este pai, sai do hospital e vê a sua frente um estádio que não somente custou um monte de dinheiro, mas que certamente metade foi roubado. O que estes estádios simbolizam a não ser gasto de dinheiro e corrupção? Ele chega em casa, coloca o filho na cama e, no dia seguinte, sai com uma pedra na mão porque já basta. Conversei com alguns sociólogos brasileiros e eles não souberam me explicar exatamente o porquê de ter acontecido a explosão popular no ano passado, mas ela veio.

### D - O senhor enxerga que a Copa do Mundo pode de alguma forma mudar a visão que o mundo tem sobre o Brasil?

J - Esta pergunta, na verdade, relaciona-se muito mais com a imagem que o ex-presidente Lula queria. Ele queria ser reconhecido mundialmente. O mundo sempre reconheceu o Brasil. Vocês são como nós somos. Existe o lado bom e o mau. Todos somos assim. Vocês não precisariam nem da Copa do Mundo, nem dos Jogos Olímpicos para mostrar isto. Estes eventos, no entanto, não estão trazendo uma reputação maravilhosa para o país, ao contrário: o mundo está sendo informado sobre a corrupção no Brasil. As pessoas de outros países ficam impressionadas quando veem os protestos nas ruas brasileiras e muitas vezes se perguntam o porquê. Até que vem a resposta. Os brasileiros estão protestando contra a corrupção. Esta é a imagem que está sendo gravada lá fora. Há sim corrupção em outros países. Não estou dizendo que isto só ocorra no Brasil. O que está acontecendo é que o legado que a Copa está deixando é que a corrupção corre solta pelo país.

### D - A copa do mundo não pode deixar algum legado

I - Para mim, a forma como as obras estão sendo gerenciadas não há nada de positivo. É tudo corrupção. Eles cancelaram a maior parte das infraestruturas prometidas como estradas, linhas de ônibus, estações de metrô. Muitas obras essenciais à população não serão finalizadas ou sequer começadas. Neste sentido, eu não vejo ponto positivo algum. Por outro lado, uma nova geração de brasileiros está vendo como a mistura de políticos e contraventores roubam seus impostos. É uma dura lição, mas uma ótima forma de ser educado, pois isto significa que as pessoas vão passar a demandar mais dos políticos. O que é muito bom.

### D - O que o senhor acha da Campanha #naovaitercopa?

J - É bem interessante para os estrangeiros, uma vez que vocês são o país apaixonado pelo futebol, escutar o Brasil dizer não à Copa. É bem profundo. Soa como algo muito bom. Soa como maturidade. Eu acredito que o Brasil já tem maturidade suficiente para para dizer "Sim, nós amamos futebol. Nós usamos a camiseta de nossos times ou as com as cores nacionais, mas nós não queremos a Copa do Mundo. Nós podemos ir a qualquer outro país que queira sediar a Copa e ganhar, mas nós não a queremos aqui devido à corrupção".



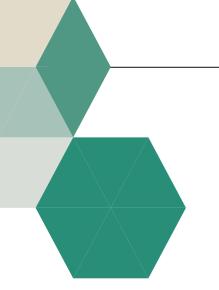
Sim, nós amamos futebol. Nós usamos a camiseta de nossos times ou as com as cores nacionais, mas nós não queremos a Copa do Mundo. Nós podemos ir a qualquer outro país que queira sediar a Copa e ganhar, mas nós não a queremos aqui devido à corrupção. 🖣 🖣

o Brasil. deu para ele [Ricardo Teixeira]. 77

A FIFA não deu

a Copa para

12 I REVISTA MPD DIALÓGICO I Nº 42 I JUNHO 2014



# O QUE FAZER QUANDO É O ESTADO QUEM VIOLA OS DIREITOS HUMANOS?

No Rio de Janeiro, essa pergunta foi respondida com a articulação, em 2010, de diversas entidades civis culminando na criação do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas em 2011. O último relatório divulgado pelo grupo, em maio de 2013, apontou que cerca de 3 mil famílias tinham sido removidas e mais de 7 mil estariam ameaçadas de remoção pelas principais obras realizadas para receber os megaeventos da Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016 na Cidade Maravilhosa.

"O sofrimento de perder o quiosque em que trabalhei mais de quinze anos foi muito grande, mas perder uma moradia é ainda maior. Na Transoeste vi gente perder trabalho e moradia junto, sem direito a indenização", comentou Hertz Leal, hoje servidor público e membro do Comitê Popular. Ele trabalhava na praia de Ipanema e conta que perdeu seu quiosque porque não aceitou as condições impostas por uma concessionária da Prefeitura do Rio de Janeiro que adquiriu a concessão de todos os 309 quiosques da orla marítima da cidade, do Leme ao Pontal, sendo expulso por uma liminar em um processo de reintegração de posse.

Foi então que conheceu o MUCA, Movimento Unidos dos Camelôs, e terminou participando do Conselho Popular, grupo que se reunia na Pastoral de Favelas e lutava contra as remoções decorridas das chuvas de verão. O mesmo grupo, mais tarde, se juntaria com outros movimentos na criação do Comitê Popular.

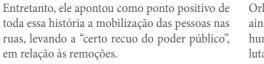
Segundo o pesquisador do Observatório das Metrópoles, que também compõe o Comitê, Orlando Alves, as obras no Rio para recepcionar o mundial de futebol e as Olimpíadas seguem uma lógica de imposição,

sem nenhuma participação popular das famílias que estão sendo diretamente atingidas pelos empreendimentos, reforçando o modelo segregador das metrópoles no Brasil.

A cidade do Rio de Janeiro receberá 13,36% do total de investimentos previstos para a Copa do Mundo no Brasil (R\$ 25,5 bilhões), conforme dados do site oficial para a Copa mantido pelo Governo Federal. Já a cidade de São Paulo receberá a maior parcela dos investimentos (18,21%). As principais obras do Rio são a remodelação da estação Maracanã que irá integrar o terminal a novas linhas de metrô e trem, além das rodovias em construção Transcarioca, Transoeste e Transolímpica.

Alves, que também é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, observou que o poder público do Rio trabalha muito com a mensagem de que as obras de intervenções ficarão como parte do legado dos megaeventos, melhorando, por exemplo, a mobilidade urbana. Por outro lado, quando as mesmas obras ganham destaque por ferir direitos civis, o governo tenta afastar a imagem dos empreendimentos e seus impactos negativos às marcas da Copa do Mundo e Olimpíadas.





Renato Consentino, estudante do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ e membro organização de direitos humanos Justiça Global, também ligada ao Comitê Popular ressaltou que dentre os avanços conquistados pelo movimento estão a mudança da postura da prefeitura em relação a algumas remoções, de modo menos violento e autoritário, além do recuo do poder público em remover as famílias que vivem no entorno do Estádio do Maracanã.

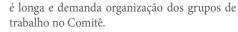
em relação às remoções.

Para ele os movimentos sociais por direitos humanos que surgem no Rio, em resposta às remoções, são complementares às instituições oficiais, como Defensorias Públicas e Ministério Público. "O processo das cidades para a preparação desses megaeventos é um retrocesso democrático. E, em resposta a isso, a sociedade civil ser organizou, não de forma substitutiva (aos órgãos oficiais de justiça), mas complementar", pontuou.

Orlando Alves fez a mesma análise destacando ainda que, as instituições de defesa dos direitos humanos, vinculadas ao sistema brasileiro, lutam diariamente dentro dos aparelhos do Estado, com pouca capacidade de interferir, na grande maioria das vezes, em decisões consideradas estratégicas ou mais importantes para os governos brasileiros.

"Recentemente, um grupo criado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos emitiu um relatório sobre os impactos da Copa do Mundo sobre os direitos humanos e fez diversas recomendações para os poderes públicos. Qual é a capacidade desse relatório de efetivamente interferir nas decisões políticas do poder público? Nenhuma, quer dizer, sem a sociedade civil organizada, sem sua mobilização, os órgãos têm pouquíssima efetividade", ponderou.

Já Hertz Leal concluiu que os avanços do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, são de certa forma, difusos, mas com uma forte contribuição à formação da massa crítica das famílias de baixa renda e da população, no geral sobre como estão sendo planejados e executados os projetos de preparação da cidade. Ainda assim a batalha



"Estamos marcando manifestações, fazendo debates. Fizemos a Copa das Remoções no início da Copa das Confederações, neste ano estamos fazendo a Copa Popular, vamos lançar o novo dossiê este ano. (Assim) estamos contribuindo para o esclarecimento da população, desejando que consigamos superar a violência no debate político, pois no Rio de Janeiro temos currais eleitorais da milícia, do tráfico de drogas e agora com as UPPs eles querem estabelecer o curral da PM. Os pobres vivem uma verdadeira vida

14 I REVISTA MPD DIALÓGICO I Nº 42 I JUNHO 2014 JUNHO 2014 I Nº 42 I REVISTA MPD DIALÓGICO I 15



# MENS SANA IN CORPORE SANO

MPD Dialógico conversou com a precursora do grupo de enfrentamento à violência doméstica e descobriu que paixão pelo trabalho e felicidade caminham juntas

"Eu quero que você resgate minha alma", o pedido de uma mulher vítima de violência doméstica, em 2007, apenas acentuou a vontade que Maria Gabriela Prado Manssur já guardava desde pequena de melhorar a sociedade através do trabalho. Por isso, dentre todas as carreiras da área jurídica escolheu ser promotora pública. Hoje, lotada na região da Grande São Paulo II, se destaca na defesa e direitos das mulheres.

Ela brinca com o fato de ser considerada a ovelha negra de uma família do meio jurídico, pois foi a única que se enveredou na promotoria. Seu pai é desembargador, já sua mãe é advogada e sempre defendeu na justiça o direito das mulheres. Dois dos três irmãos são juízes já o outro é advogado. Aliás, a experiência positiva que seus pais traziam para dentro de casa do dia a dia de trabalho é que influenciou a ela e seus irmãos seguirem para o meio jurídico.

A promotora não se recorda, exatamente, desde quando questiona a desigualdade entre homens e mulheres na sociedade, e que a levou, mais tarde, a ser uma das protagonistas na criação do Grupo de Trabalho de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, instituído pelo Ministério Público de São Paulo logo após a sansão da Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006).

"Sou de família Árabe e observei ao longo do meu desenvolvimento como as mulheres árabes sofrem por terem papéis definidos, cuidando dos seus maridos e afazeres domésticos, muitas vezes impedidas de estudar, trabalhar e ter independência financeira. E eu sempre observei também na sociedade brasileira que as mulheres estão realmente em uma posição de inferioridade, pelo que é chamado de violência de gênero. Nós ainda exercemos certos papéis sociais diferenciados e numa relação de submissão aos homens. Então, na juventude, quando eu via uma mulher bem sucedida, como Eloisa Erundina, Marta Suplicy, Hillary Clinton, tinha vontade de assim ser", explica.

Por isso, logo após se tornar promotora pública passou a se dedicar em garantir direitos e criar propostas de políticas públicas que favorecessem as mulheres. Seu primeiro empreendimento foi a criação do primeiro Núcleo de Combate à Violência Doméstica do MP de São Paulo, pois logo após a criação da Lei Maria da Penha, em 2006, existiam poucas atividades na ação ministerial em prol da aplicação dos mecanismos previstos na nova lei. Mais tarde, o núcleo serviria de inspiração para a instituição do Grupo de Trabalho de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, na capital.

O segundo empreendimento da promotora foi um projeto de políticas públicas através do esporte. Gabriela é maratonista semiprofissional e, ao perceber os benefícios do esporte para a sua vida pessoal, concluiu que essa atividade poderia também ajudar mulheres em situação de vulnerabilidade.

### Mens sana in corpore sano

"Acho que a autoestima da mulher está muito ligada a essa parte da saúde física. Saúde física e mental caminham juntas. Por outro lado, percebo que as mulheres que não tem muita renda, não praticam atividades por falta, realmente, de espaço". A promotora fez, então, um mapeamento dos bairros mais violentos do estado de São Paulo dando início à organização de projetos para a criação de equipamentos ou espaços simples para que mulheres pratiquem caminhadas e corridas. Sua proposta consiste, basicamente, na criação de grupos de treinamento semanais com pessoas vítimas de violência doméstica e de vulnerabilidade.

Um dos seus projetos saiu do papel graças a parceria com a ONG Vida Corrida, presidida por Neide Santos, no Capão Redondo. "Eu a procurei e nos unimos. Já fizemos três corridas com o seu projeto, que é patrocinado até pela Nike e meu projeto, pelo Ministério Público que é o Corra Pela Vida", destacou.

Em março, a promotora conseguiu promover uma corrida com 1.200 mulheres onde foram abordados temas de prevenção contra o cancêr de mama, contra a violência doméstica e o combate a qualquer tipo de preconceito às mulheres. O próximo passo será levar o Corra Pela Vida para Ribeirão Preto.

"É muito bacana porque vimos mulheres que usavam saias por religião e não conseguiam usar outro tipo de roupa chegarem no centro de treinamento e trocar a roupa por shorts para correrem ou caminharem", conta sobre o trabalho de Capão Redondo. "Hoje, vemos mulheres de 60 e 70 anos que estão correndo mais de 5 ou 10 quilômetros" completa.

### Lei Maria da Penha

Desde o início da sua atuação com promotora pública em Taboão da Serra, Gabriela viu os números de violência contra a mulher aumentarem. Mas ela explica que isso decorre de um movimento natural de acesso a informação.

"Quando olhamos para o combate a qualquer tipo de impunidade, incentivando as pessoas a denunciarem os agressores à justiça, obviamente há um aumento do número de violência que vai ficar por algum tempo, até que as condutas negativas sejam evitadas" explica. Logo quando assumiu o cargo em Taboão da Serra, antes da implantação do Núcleo de Combate à Violência Doméstica, haviam dez casos de violência contra a mulher em curso, nenhum pedido de medida protetiva e cerca de três processos para serem julgados no tribunal do júri.

"Hoje tenho 2 mil processos em andamento depois de dois anos de atuação, uma média de 400 pedidos de medida protetiva em andamento", esclarece a promotora. Para dar conta de todos os seus projetos e trabalhos no MP, Gabriela afirma que a receita é a disciplina, melhorada graças ao seu contato com o esporte.

"Tudo que eu aprendo no esporte trago para a minha vida profissional. Então sei que se eu conseguir atravessar a linha de chegada em um tempo X que meu treinador passou, também vou conseguir, se eu me dedicar, uma condenação, uma medida protetiva para salvar uma vida", conclui a profissional que ainda divide tempo para a família, uma filha adolescente de 15 anos e dois meninos, de cinco e dois anos do segundo casamento.

### FOI-SE A COPA?

24/06/1978

Foi-se a Copa? Não faz mal.

Adeus chutes e sistemas.

A gente pode, afinal,
cuidar de nossos problemas.

Faltou inflação de pontos?
Perdura a inflação de fato.

Deixaremos de ser tontos
se chutarmos no alvo exato.

O povo, noutro torneio,
havendo tenacidade,
ganhará, rijo, e de cheio,
A Copa da Liberdade.

Carlos Drummond de Andrade

(poeta brasileiro, escritor de contos e crônicas e funcionário público ,1902-1987)



### AINDA QUE A POEIRA NÃO TENHA BAIXADO

Manifestações nas ruas, críticas midiáticas constantes, atrasos em obras e a sensação de frustração em relação ao que o Brasil entregou até agora para realizar a Copa do Mundo são fatores que levam a muitos a associar os megaeventos vindouros apenas a efeitos negativos. O contexto de baixa empolgação e de alto pessimismo que circunda a sociedade brasileira desde o momento em que o país recebeu incumbência de sediar o campeonato realmente embaça os olhos de quem queira proceder a qualquer análise mais realista da situação.

Ainda que a poeira não tenha baixado, não parece loucura sustentar que o megaevento trouxe ao país uma série de benefícios, que vão desde o campo cívico, passando pelo político até o de gestão pública e de oferta de infraestrutura. Não se trata, porém, de dizer se esses benefícios negam ou anulam qualquer efeito negativo; nem de afirmar que os efeitos positivos compensam os negativos. Qualquer comparação do gênero seria falsa, na medida em que as vantagens e desvantagens são de ordem tão diferenciada que não seria possível colocá-las na mesma balança. Fossem apenas questões financeiras, aí sim poderíamos tentar fazer algum cálculo matemático, mas, na prática, os benefícios e os malefícios ultrapassam as fronteiras da contabilidade.

Quais são, afinal, os efeitos positivos que um megaevento como a Copa do Mundo de 2014 trouxe ao país?

Começo pelo mais óbvio e aparente de todos: os infraestruturais. Nenhum megaevento esportivo se faz tão somente com estádios e arenas. O recebimento de milhões de turistas e a magnitude dos eventos exigem uma reconfiguração de cidades e a melhoria de inúmeros tipos de infraestrutura, sobretudo as vinculadas a mobilidade, a segurança e a alojamento. Embora as infraestruturas geradas para a Copa de 2014 estejam longe de resolver os graves problemas brasileiros, fato é que, sem a Copa, dificilmente elas teriam sido criadas ou reestruturadas. A pressão gerada pelo megaevento esportivo é certamente o que explica a busca de soluções para a melhoria dos aeroportos brasileiros e a construção de inúmeras soluções de transporte urbano, sobretudo para interconectar o modal aéreo com o circular local ou metropolitano.

Mas, como dito, as infraestruturas são parcela dos benefícios. A assunção de um megaevento pelo governo brasileiro gerou uma pressão, interna e internacional, extremamente positiva sobre a Administração Pública. Na prática, o fato de os preparativos serem fundamentais para um evento específico, com data marcada e inadiável, foi o que acabou revelando as insuficiências e as limitações graves da gestão pública nacional. Em última instância, o megaevento tencionou o Estado e isso acabou gerando uma série de debates no âmbito tanto do direito administrativo quanto da teoria da Administração Pública. Não por outro motivo, foram realizados esforços para superar algumas amarras. E isso se vislumbra na criação do Regime Diferenciado de Contratação (RDC), que agora se prepara para ser estendido para todos os entes da federação.

Enfim, o terceiro e maior benefício da organização da copa do Mundo no Brasil foi o cívico. Foi a tomada coletiva de consciência das necessidades de cada um no corpo social. Os megaeventos estimularam uma reflexão que tardou a ocorrer no país. Do que precisamos para ter uma vida digna? Em que medida nos sentimos contemplados pelas políticas públicas e decisões overnamentais? O grande ganho da Copa foi suscitar essas questões em todo e qualquer brasileiro e tornar nossa sociedade mais consciente de seus próprios interesses e direitos, sinalizando ao Estado que o tempo é de mudanças e que "pão e circo" são estratégias ultrapassadas.

Thiago Marrara. Professor de direito administrativo da USP (FDRP). Doutor pela Universidade de Munique (LMU). Editor da revista digital de direito administrativo (RDDA). marrara@usp.br

UMA PIRITA DE FERRO



Aos 30 dias do mês de outubro do ano de 2007, uma delegação de ilustres representantes do Brasil, acompanhava, in loco, a escolha do país que sediaria a Copa do Mundo de 2014. Inúmeros telões espalhados território afora transmitiam a solenidade. Olhares encantados testemunharam o anúncio da desejada boa-nova: o Brasil foi escolhido como país-sede.

É inegável. Foi a proclamação mais festejada de nossa história. Mais celebrada que a da independência ou república. A esperança tomou conta das ruas, o êxtase contagiou a nação. Mas tão rápida quanto intensa, a embriaguez da felicidade deu lugar a uma preocupante e instintiva indagação: estamos preparados para realizar o evento?

Sagazes, as administrações públicas velozmente identificaram as inquietações e acalentaram as audaciosas vozes destoantes. Prometeram o impossível, mas necessário para emudecer os críticos – o megaevento será realizado exclusivamente com recursos privados. Complementaram com compromissos cuja inadimplência sabia-se certa – o dinheiro público somente será empregado em 55 obras de infraestrutura, que resultarão em melhorias à população e que transcendem à Copa. Finalizaram com a venda de um antigo sonho – a Copa do Mundo trará progresso ao Brasil.

Passados quase sete anos, o tempo confirmou os alertas encetados. Ao contrário do anunciado, os investimentos públicos foram maciços. Cerca de 60% das obras corresponde a dinheiro público que ultrapassa R\$ 25,7 bilhões gastos diretamente. O mundial foi realizado nos EUA/1994 sem aporte público; na Alemanha/2006 com US\$ 2 bilhões; na África do Sul/2010 com US\$ 8 bilhões públicos.

A Copa brasileira conta com o maior investimento público da história ocidental. O estádio Mané Garrincha, onde foi investido R\$1,9 bilhão, se localiza em uma cidade sem clubes expressivos.

Estudo do Itaú-Unibanco projetou aumento de 1% do PIB em razão do megaevento – R\$ 22,350 bilhões. Se considerado o investimento público direto de R\$ 25,7 bilhões, o evento deixará um prejuízo imediato aos cofres populares superior a R\$ 3 bilhões.

E não se alegue que tal lesão é descaracterizada pelas obras de infraestrutura. Das 55 prometidas, 22 não serão, entregues a tempo da Copa. Nalgumas não há qualquer expectativa de início das obras. Tal ocorre com o trem-bala que ligaria São Paulo ao Rio de Janeiro, o Cais do Porto de Guaíba em Porto Alegre, o monotrilho de Manaus, e o sistema de ônibus rápido que cortaria Salvador.

Das 33 entregues (à brasileira), diversas estão aquém do professado. O site da revista francesa SoFoot descreveu o aeroporto de Cuiabá como um campo de barro e do tamanho de uma cozinha. O texto, ao avaliar a mobilidade urbana, alerta os que pretendem assistir os jogos no Brasil – serão os seus pés os que farão a maior parte do trabalho.

Nas cidades, a vantajosa Copa trouxe uma indesejada quebra do padrão urbanístico. Criou-se um regime de exceção para, em nome de lucrativos projetos privados, adequar os modelos das cidades às necessidades do capital internacional. Em Porto Alegre foi providenciado o realojamento de mais de 6 mil famílias, medidas consideradas pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU como desesperadoras e violadoras de direito fundamental a moradia adequada.

A legislação processual foi adaptada aos interesses da transnacional dona do evento que foi isenta de qualquer adiantamento de taxas e emolumentos, ou condenações em custas ou despesas processuais, dentre outros privilégios.

Conquanto a carga tributária atinja a astronômica cifra de 37% do PIB, todas as empresas ligadas à FIFA – e que aqui deveriam auferir lucro - foram favorecidas com a isenção total de impostos.

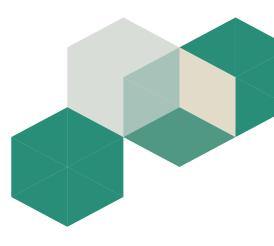
O megaevento também deixará um legado ambiental: concentração do tráfego; aumento dos índices de

poluição e de geração de resíduos; incremento do consumo de energia e água; ocupação e urbanização de áreas verdes.

Bem verdade que a realização da Copa do Mundo fomentou reflexões que auxiliaram na formação de uma consciência social. Contudo, é desnecessário realizar o evento para provocar a autocrítica. Prova disto são os movimentos de 2013, marcados por protestos atinentes a temas totalmente estranhos à Copa do Mundo. E fosse esta a maneira de se adquirir consciência cívica, o preço pago foi exorbitante.

Forçoso concluir, infortunadamente, que naquele abençoado dia, nós, compramos uma brilhante pepita de pirita de ferro – o ouro dos tolos.

Tiago de Toledo Rodrigues – 50 Promotor de Justiça da Infância e Juventude da Capital, professor universitário, membro do MPD.



**18** i revista MPD dialógico i nº 42 i junho 2014 junho 2014



# A COPA E O LEGADO PARA O PAÍS

A realização da Copa do Mundo no Brasil nos colocou diante de oportunidades únicas de aprendizado e de percepção da realidade do país, da qualidade da administração pública e também dos projetos privados.

Se for enganoso afirmar que o evento tem vínculo causal com os problemas do país ou que viveríamos situação melhor caso a Copa não fosse aqui realizada, é verdadeiro afirmar que as dificuldades já conhecidas foram expostas com lupa e que não devemos perder a chance de aprender com essa situação.

A Copa 2014 passará, mas o país continuará com seus mais de 200 milhões de brasileiros e suas justas demandas nas áreas de segurança, locomoção urbana, saúde, educação, dentre outras. Um primeiro ponto a destacar é a baixa capacidade dos empreendimentos brasileiros - públicos ou privados - no sentido de atender prazos e cronogramas, anteriormente fixados. As obras relacionadas à Copa têm a data do evento como ponto crítico, mas cada dia de atraso na entrega de uma estação de metrô, de um hospital, de uma via de ligação, de uma escola, temos como ponto crítico o sofrimento da população.

Certamente, outros países que sediaram a Copa enfrentaram atrasos em obras, mas no Brasil isso gerou duras cobranças do secretário-geral da FIFA, que acabou se resignando com a situação.

Vale lembrar que a matriz de responsabilidades - determinando o que cada ente da Federação (prefeituras, Estados e União) deveria fazer para a realização do evento - foi assinada somente em janeiro de 2010, ou seja, 26 meses após o anúncio do Brasil como sede da Copa 2014; se tivéssemos determinado as sedes e responsabilidades em um ano e meio, o que seria razoável, teríamos mais 8 meses de prazo.

A falta de celeridade e qualidade na definição de projetos não é exclusividade em tempos e empreendimentos de Copa, pois esse comportamento é secular no Brasil e essa cultura precisa mudar. Além disso, precisamos quebrar a síndrome do "pequeno poder local", evidenciada com o número exagerado de cidades postulantes a sedes da competição - inicialmente foram 18 - quando se constatou que governantes ambicionavam bônus político, sem uma avaliação criteriosa sobre o porte e o impacto financeiro para a cidade em questão. No fim, o Brasil ficou com 12 sedes, enquanto a FIFA recomendava o máximo de 10.

Em outro aspecto, a evolução do trabalho dos Tribunais de Contas vem desnudando dois problemas crônicos no uso dos recursos públicos no país, qualquer que seja a esfera de governo e o ocupante do cargo: orçamentos e previsões de custos mal-elaborados e a prática da corrupção. Neste caso, fica o alerta quando demonstrado que a previsão de gastos em parte das obras de mobilidade urbana – 45 em todas as 12 sedes - foi superada; tendo como exemplo interessante a

> O Tribunal de Contas do Distrito Federal vem exercendo seu papel, acompanhando o caso. Na questão custo, foi projetado novo valor de R\$ 25,6 bilhões de investimentos na Copa, sendo que cerca de R\$ 17,6 bilhões estão previstos

esquecer a devida cobrança de entidades e de governantes após a Copa.

Marcos da Costa, advogado, é Presidente da





# **DESTINOS DA BOLA E O** JOGO AINDA POR JOGAR!

A gente estancou de repente. Ou foi o mundo então que cresceu. A gente quer ter voz ativa. No nosso destino mandar. Mas eis que chega a roda-viva e carrega o destino pra lá. (Roda viva, Chico Buarque)

Era outubro de 2007, concretizava-se ali um sonho de muitos, acalentado há décadas, e que selaria nosso glorioso destino no mundo desenvolvido. Enfim, fomos novamente escolhidos para realizar uma Copa do Mundo de Futebol, 57 anos depois do insucesso em campo, seguido por poucos reflexos econômicos palpáveis. Outros tempos!

No século XXI, com a civilização do espetáculo, tal qual descrita por Mario Vargas Llosa, não haveria como dar errado. Era nosso destino! Rios de dinheiro privado, oriundos de fontes internas e externas, desaguariam em nossa economia – recursos que deveriam catalisar nosso desenvolvimento, superando a emergência estacionária das últimas décadas, contradição em termos à parte.

Mas era apenas o apito inicial. Deveria fazer-se acompanhar por planejamento, organização, disciplina e muito controle, a fim de concretizar o destino anunciado.

66 O lastro econômico deste evento é essencialmente dinheiro público. 77 Infelizmente, esta história ainda estava por escrever. Não se sabe bem ao certo se esta roda virtuosa estancou ou se ela nunca foi programada para girar naquela direção que se decantava. Talvez fosse, desde sempre, a razão necessária para convencer alguns inocentes úteis.

O fato é que o destino foi carregado para outro lugar. Chegamos a 45 dias da Copa com inúmeras incertezas do porvir, mas com uma situação inexorável: o lastro econômico deste evento é essencialmente dinheiro público. Afastadas as tentativas de atravessar este samba, quase de uma nota só, com contabilidade

À evidência, há dois eixos de dinheiro público, basicamente divididos entre o dinheiro federal e os recursos públicos estaduais e municipais das doze sedes do mundial. Para a União, concentração em empréstimos do BNDES a juros subsidiados e isenções fiscais de variada ordem, contempladas na Lei Geral da Copa. No time dos estados e municípios, endividamento - com empréstimos e obrigações de longo prazo, através de Parcerias Público-Privadas, geralmente para viabilizar estádios de futebol construídos a toque de caixa -, além de alocação de recursos a fundo perdido, com despesas extravagantes como instalações temporárias, assentos provisórios e FIFA Fan Fest pelo Brasil afora, sem clareza quanto ao retorno ou pertinência com o interesse público.

E é este cenário que se pinta às vésperas de tão acalentado evento no passado, mas que já não se apresenta tão redentor assim para os que embarcaram nesta roda viva.

Ainda não se tem prova cabal de ter havido corrupção - tomada sob o enfoque penal, notadamente os tipos concussão, corrupção ativa e passiva -, mas há todos os elementos para uma tempestade perfeita: 1) circulação de bilhões de reais em recursos públicos em um curto espaço de tempo; 2) pouca margem para controle preventivo; 3) atropelamento de procedimentos para cumprir prazos cada vez mais opressivos; 4) fortes indícios de superfaturamento em situações já localizadas, como é o caso do Estádio Mané Garrincha. consoante Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Mas, o controle preventivo é um jogo que caminha para o final do segundo tempo, ao menos quanto aos gastos que efetivamente impactarão na Copa, com três grandes flancos a serem devidamente analisados: instalações temporárias, FIFA Fan Fest e demais contratos acessórios de última hora. Sobretudo, havendo ou não corrupção no sentido clássico, para evitar que o interesse privado se aproprie dos generosos recursos públicos distribuídos à mãos cheias.

Porém, ainda há jogo por se jogar. E o aquecimento atual direciona-se ao controle repressivo, ainda incipiente, mas que apresenta campo aberto para atuação de importantes ramos do Ministério Público, com destaque para o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Ministério Público de Contas, cujos adversários serão: gastos alheios ao interesse público, superfaturamento e, principalmente, dano ao Erário, na esteira de eventuais crimes contra a Administração Pública, improbidade administrativa e irregularidades nas imprescindíveis prestações de contas destes gastos.

Qual o destino final? Não se sabe bem ao certo. De concreto, apenas a mudança na sua posição, aparentando agora não estar tão destacado na roda viva iniciada naquele distante outubro de 2007.

Preparemo-nos nos dias que faltam, para que agosto de 2014 seja o melhor possível, naquilo que ainda há

Luciano Ramos

Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público de Contas (CNPGC); Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do RN; Mestre em Direito do Estado pela PUC/SP.



22 I REVISTA MPD DIALÓGICO I Nº 42 I JUNHO 2014 JUNHO 2014 I Nº 42 I REVISTA MPD DIALÓGICO I 23



# O DIREITO DE BRINCAR

Não tenho nada contra a Copa no Brasil. Acho que vai melhorar a visibilidade do Brasil no mundo - o que sempre ajuda no caso dos "em vias de desenvolvimento" –, muita gente vai visitar o Brasil pela primeira vez, ou reforçar laços, o que é muito positivo neste mundo globalizado, vai dar um empurrãozinho na economia, tanto durante como depois, em particular pelos esforços de melhorar a mobilidade urbana e outras infraestruturas. O exemplo está aí de Barcelona, mostrando que um grande evento internacional, ao criar uma mobilização e justificar coisas melhores do que apenas mais viadutos para mais carros, pode ter um impacto estruturante positivo.

Minha preocupação vai mais longe: hoje não temos mais esporte como brincadeira, temos uma indústria do esporte. O lazer se transformou num grande mercado de apetrechos especializados, o turismo que permitia pessoas se conhecerem ainda que de culturas diferentes, virou indústria de resorts para elites, os espaços gratuitos de pelada na rua viraram uma indústria de clubes privados e uma máquina de vender cerveja e televisores.

**M**inha preocupação vai mais longe: hoje não temos mais esporte como brincadeira. temos uma indústria do esporte. 77

Há anos, paguei a mensalidade numa academia para nadar um pouco, coisa que gosto, e sequer por necessidade de estar fit, de fazer hidroginástica ou de prevenir diabetes. Queria brincar na água, nadar um pouco, sentir a leveza do corpo no meio líquido. Ao me ver nadar, a inevitável guardiã especializada comentou que eu jamais teria realmente sucesso. Claramente, com seu olho perspicaz e treinamento, estava à procura de identificar algum Neymar aquático. Eu, que tenho por ambição apenas ser um professor razoavelmente competente, e que fico feliz quando um aluno me traz algo de inteligente, queria ter, ali na piscina, o que todos tínhamos em outros tempos, o chamado recreio. Quem diz que na idade madura, ou até na chamada terceira, não precisamos de recreio, de espaço livre de brincadeira, de sentimento irresponsável de gozar o momento sem pensar no futuro?

Futebol, francamente, era coisa gratuita. Na minha infância, onde agora estão as casas chiques do Alto de Pinheiros, e o Shopping Eldorado, aqui em São Paulo, havia lotes vazios, onde praticávamos o chamado futebol de várzea. Várzea é importante, pois como configuração tectônica é uma área totalmente plana, obviamente constituída com este fim esportivo. Existia competição sim, lembro que uma vez o meu timinho perdeu de dez a zero, mas também lembro que quando ganhávamos tínhamos de ser rápidos em agarrar a roupa e fugir apenas terminada a partida, pois quem perdia procurava



descontar no tapa. Nunca gastamos um tostão, a não ser para comprar as camisas e a bola, o objetivo era brincar e não estimular o comércio de apetrechos esportivos. Nem a torcida era organizada, a indústria do ódio era incipiente.

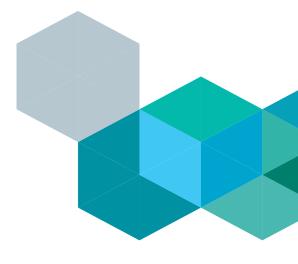
Para a indústria do lazer, do esporte, do turismo, qualquer coisa gratuita é vista como uma obscenidade. Ao visitar o meu filho em Toronto, me deparei com uma realidade onde os espaços comuns não haviam sido engolidos por shoppings ou condomínios. Cada praça ou parque - espaço de convívio e lazer - que é transformado em espaço comercial restringe a liberdade dos residentes do bairro, da cidade. Em Toronto, poucas pessoas investem em piscinas individuais, porque a cidade dispõe de numerosas piscinas públicas, e as escolas além de ter piscinas, asseguram o seu uso gratuito pela comunidade. O custo de uma boa infraestrutura de piscinas, repartido por milhares de usuários, é mínimo, permitindo inclusive assegurar manutenção e segurança, além de um espaço de trocas e convívios.

A iniciativa pública, articulada com poderes locais e movimentos sociais, tem um amplo papel a desempenhar aqui. Agora, quando a iniciativa privada se apropria do interesse público, sai de baixo. Tudo tem de ser programado, caro e apetrechado. E se possível monumental.

No caso do esporte em geral a situação é crítica, pois na ausência de espaços públicos a sua prática torna-se cada vez mais cara. Os adultos sentem muito o impacto deste déficit, e as crianças e jovens mais ainda. Um jovem na periferia, com pouca renda, tem que opções? O esporte transformado em indústria nos leva ao sofá para assistir as habilidades de superatletas, comendo salgadinho e assistindo intervalos publicitários para estimular

Construir mais estádios aparece no PIB, mas manter áreas verdes, parques, espaços para jogar bola e brincar com as crianças não aparece como atividade econômica. O resgate de espaços de gratuidade é vital, e não só exige forte presença do setor público, como é vital que se mobilizem as comunidades, as organizações da sociedade civil, para fazer contrapeso aos interesses imobiliários e semelhantes. E ter uma vida com lazer é uma atividade fim. Uma tarde passada em espaço aberto e livre com as crianças e amigos, não tem preço. Isto vale desde a bolinha de gude até o jogo de bocha. Investir em gratuidade rende mais, talvez não para as empresas, mas para todos nós.

Ladislau Dowbor é economista, professor da PUC-SP e consultor de várias agências das Nações Unidas.





# COMO SE O SEXO FOSSE TAMBÉM UM DOS NOSSOS SÍMBOLOS E ATRAÇÃO **TURISTICA**

Hoje quando estava indo pro trabalho, ouvi na Rádio Bandeirantes uma notícia que me chamou a atenção: uma patinadora americana que se apresentava no Brasil havia sofrido uma tentativa de estupro e agressão física. Entrou num taxi que a enganou, a levou para um local ermo e lá tentou abusá-la sexualmente.

Imediatamente me veio a preocupação que já há muito tempo me persegue: qual a imagem do Brasil no exterior? Com qual mentalidade os estrangeiros entrarão no nosso país para assistir à tão esperada Copa do Mundo? Será que as mulheres estrangeiras que virão para cá terão medo de sair às ruas, de torcer, de se expor? Será que os homens estrangeiros virão para cá esperando encontra não só o país do futebol, mas também do sexo? Basta relembrar da campanha internacional da Adidas que causou polêmica ao lançar camisetas em que os símbolos com as cores da bandeira brasileira traziam, além do Corcovado

e de uma mulata, a alusão a peitos e bundas, como se o sexo fosse também um dos nossos símbolos e atração turística.

Não sei o que esperar, já que recentemente uma pesquisa demonstrou que grande parte dos brasileiros entende

que as mulheres que sofreram qualquer tipo de violência são as culpadas, sejam pelas roupas que vestem, seja pelo comportamento que escolhem. Não somos respeitadas por nossas próprias escolhas e vivemos em um país cuja mentalidade machista ainda prevalece.

Como Promotora de Justiça entendo que já avançamos muito, seja na prevenção, seja na repressão a qualquer tipo de violência contra a mulher. Mas há uma preocupação maior: a desvalorização da palavra da vítima. Grande parte das autoridades brasileiras, tanto na esfera policial quanto na judicial, ainda duvida daquilo que é dito por uma mulher em situação de violência. Exigem prova do que é narrado como fato criminoso, não bastando só o seu depoimento.

Não raro recebo encaminhamentos de casos em que a autoridade policial sequer realizou boletim de ocorrência por não haver testemunha que "ateste" o relato dessa mulher. Não raro recebo indeferimentos de pedidos de medidas protetivas pelos juízes de direito que entendem que a palavra da vítima restou-se isolada e não é suficiente para comprovar o alegado.

E como lidar com crimes que, como os sexuais, raramente deixam vestígios ou não são cometidos na frente de outras pessoas? Ficam impunes?

A violência sexual é um problema mundial, mas a forma e a maneira de como enfrentá-la varia de país para país. Com o advento da Lei Maria da Penha e depois da exibição em rede nacional de televisão da novela "Salve Jorge", que revelou a problemática do tráfico internacional de mulheres, esse tipo de violência vem sendo combatido com maior rigorismo e atenção da sociedade e poder público.

Podemos citar como exemplos os investimentos em campanhas educativas e preventivas que alertam as mulheres sobre seus direitos e as incentivam a denunciar os agressores; a implementação de delegacias especializadas no atendimento da mulher; a criação de promotorias e varas especializadas no processamento e julgamento de crimes que envolvem qualquer tipo de violência contra a mulher; a construção de uma rede de proteção às vítimas em situação de violência, o disque-denúncia criado pela Secretária Especial de Políticas para as Mulheres.

Mas nada disso adianta se não deixarmos de lado o preconceito contra a palavra isolada da vítima, que sempre é posta em jogo. Violência desse tipo traz prejuízos muito maiores do que materiais: os efeitos de uma violência sexual refletem de forma imensurável na saúde física e mental de uma mulher e, provavelmente, deixará sequelas ao longo de toda uma vida. É assunto grave, sério, e deve ser encarado sem nenhum tipo de pré-julgamento e com o rigorismo que a Constituição federal determina: o direito à dignidade da pessoa humana.

Um caso que me chamou a atenção foi de um abuso sexual por três adolescentes. Eles pularam o muro de uma escola estadual durante a noite e estupraram uma menina que lá se encontrava. O ato sexual foi compartilhado pelos três adolescentes

que usaram do corpo da jovem em atos sexuais consecutivos, sem nenhum pudor, piedade ou proteção. A vítima possuía hímen complacente e, portanto, não foi comprovada a conjunção carnal. Mas a palavra dela, não bastou? Na esfera policial, não! Ouvidos na promotoria de justiça, após uma denúncia anônima da ocorrência do ato infracional, os adolescentes confessaram e deram a seguinte explicação: "Ela estava se oferecendo. Aquele local é conhecido como ponto de encontro, quem tá lá é por que quer. Fizemos o que o homem tem que fazer." Detalhe: a menina tinha 12 anos. Mais uma vez culpa-se a vítima: estava no lugar errado, com a roupa errada e se comportando da maneira errada. E claro, sua palavra não valeu!

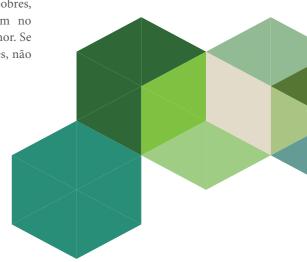
Ainda acredito e defendo que investimento em Educação seja a melhor saída para se salvar uma sociedade que está entre o sétimo país do mundo com maior índice de violência contra a mulher.

De um lado temos o perfil das mulheres que são vítimas de tráfico internacional para exploração sexual: jovens, bonitas e pobres, sem nenhum nível cultural. Buscam no exterior a promessa de uma vida melhor. Se aqui tivessem melhores oportunidades, não teriam sido seduzidas tão facilmente.

De outro lado, a necessidade de ensinar os homens, desde pequenos, a respeitarem as mulheres pelas suas escolhas. Elas podem e devem ser aquilo que querem ser e vestir a roupa que querem vestir. Estar no lugar que querem estar e exercer a profissão que querem exercer.

Já que o padrão FIFA é exigido no futebol, nós mulheres exigimos padrão FIFA na educação: iguais oportunidades a homens e mulheres, e a construção de uma sociedade menos machista. Nós mulheres exigimos respeito! Boa sorte Brasil!

Maria Gabriela Prado Manssur, Promotora de Justiça e membro do MPD.



26 I REVISTA MPD DIALÓGICO I Nº 42 I JUNHO 2014

Será que as mulheres

de se expor? 11

estrangeiras que virão

para cá terão medo de

sair às ruas, de torcer,



# A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO **FRENTE AOS GRANDES EVENTOS E OS IMPACTOS** SOCIO-LABORIAS

Quando pensamos em grandes eventos, nos lembramos dos Jogos Olímpicos, das Copas do Mundo, da Fórmula 1, da Copa das Confederações entre outros. E, de um as apoteoses!

E o impacto sócio-laboral? Remete-nos apenas à face bonita e digna dos eventos, todavia infelizmente não é o que se verifica quando passamos a analisar as questões de ordem sócio-laboral subjacentes, tais como a saúde do trabalhador como um todo, a precarização do trabalho, coisificação do trabalhador, a exploração sexual de mulheres, crianças, adolescentes e jovens, a favelização do entorno da obra, encontramos muito facilmente o trabalho escravo contemporâneo, a escancarada indignidade humana com que é tratado o trabalhador, o impacto social negativo geralmente não é contabilizado!

Como disse o Rei do Futebol - Pelé - em lançamento de sua linha personalizada de diamantes, na segunda-feira: "Isso (acidente na Arena Corinthians) é normal, são coisas da vida. Foi um acidente, coisa normal,

nada que assuste!" Enfim, o trabalho que encontramos fere princípios básicos insculpidos na Constituição da República, a sadia qualidade de vida no ambiente modo geral, o brilho, as luzes, as aberturas, laboral (art. 225 da CF), a relação jurídica de trabalho protegida (art. 7º da CF). O que devemos então fazer para garantirmos que o trabalho decente seia efetivado? Essa é a pergunta que deveria ser respondida antes mesmo de pensarmos em qualquer obra.

> O Brasil, como sabemos, tem um dos mais avançados arcaboucos teórico-legislativo em matéria de proteção do meio ambiente e da saúde e segurança dos trabalhadores. Contudo, contraditoriamente, ainda registra preocupantes índices de acidentes de trabalho e de doencas ocupacionais. O que temos visto em nossas investigações, no âmbito das atribuições do Ministério Público do Trabalho, na maioria dos casos, é a falta de política prevencionista efetiva, a cargo dos poderes públicos e da sociedade civil (empresas, sindicatos, etc.), que não se conscientizaram ainda da necessidade de efetivação dos princípios da valorização do trabalho e da dignidade humana do trabalhador.

A gestão de risco inexistente é a regra, em que pesem as normas regulamentarem a respeito. A cultura empresarial ainda é a de que cumprir as normas de prevenção é custo, não investimento. Os governos, nos últimos anos, têm se afastado das políticas sociais, priorizando as políticas econômicas internacionais que, como filosofia do capitalismo globalizado, consideram o homem, no processo produtivo, não como sujeito fim, mas como objeto-meio, quando na verdade é ele o seu patrimônio humano mais importante.

O saldo é trabalhadores mutilados e incapacitados para as atividades laborais, além de um crescente índice de mortes no trabalho, o que leva a um gasto insuportável para as próprias empresas e para a Previdência Social. As ações civis públicas trabalhistas que ajuizamos e os termos de compromisso de ajustamento de conduta firmados e impulsionados pelo Ministério Público do Trabalho têm combatido o trabalho análogo ao escravo, o tráfico de seres humanos, a precarização das relações de trabalho, as múltiplas violações do direito ao meio ambiente do trabalho sadio. É necessário

que as garantias existentes sejam concretizadas por meio de conscientização e educação preventivoambientais e dos instrumentos legais postos à disposição pelo ordenamento jurídico.

É preciso compreender que o trabalho é meio de se ganhar a vida, e não de se perdê-la, e que o ser humano é o valor mais importante. Ele é o sujeito-fim de qualquer atividade ou ato humano, não o objeto. Os impactos sócio-laborais negativos são mascarados, a sociedade ludibriada com o evento não vê o que em verdade está claramente demonstrado e deve ser trazido à tona. Como é o caso da exploração humana dos trabalhadores, que são traficados, em decorrência da necessidade de mão-de-obra excessiva, uma vez que geralmente não há no local, a exemplo o caso da obra do aeroporto de Guarulhos sendo preparado para receber turistas para a Copa do Mundo, e vieram milhares de trabalhadores do estado do Maranhão, sem local para residirem, amontoavam-se como escravos em locais inapropriados, indignos é favelização no entorno da grande obra, do grande evento! Também não percebemos a exploração sexual propiciada pela obra e em seu entorno, com vitimização de crianças, adolescentes e jovens, meninas ou meninos, a disposição dos trabalhadores como objeto de lazer.

Tais acontecimentos escondidos da sociedade, turvado com o resultado final do evento permanecerá na sociedade, a favela, as crianças sem estudo, sem brilho nos olhos, às vezes

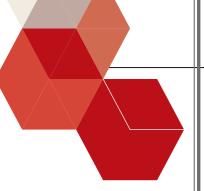
com filho na barriga; a família sem aquele ente que faleceu na obra, ou com aquele que ficou acidentado, flagelado, muitas vezes sem chances de outro emprego! Por concluir, há de se desvendar

O Brasil, como sabemos, tem um dos mais avançados arcabouços teóricolegislativo em matéria de proteção do meio ambiente e da saúde e segurança dos trabalhadores. 77

o véu, o brilho das luzes do evento, planejar com responsabilidade todos os impactos sóciotrabalhistas que ameaçam a dignidade humana dos trabalhadores, pois, somente assim, poderemos falar em evento social que traga efetiva felicidade para a sociedade!

Claudia Regina Lovato Franco Procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho em São Paulo

28 I REVISTA MPD DIALÓGICO I Nº 42 I JUNHO 2014



# O RACISMO DURO NO FUTEBOL: #SOMOSTODOSHUMANOS

Em 1959, o clube de futebol de Santos/SP, Portuguesa Santista, foi à África do Sul realizar um amistoso naquele país. No dia do jogo, antes de iniciar a partida, os jogadores negros do time não puderam entrar em campo porque as leis do país não permitiam que os negros jogassem com os brancos, pois o regime de segregação racial do país não permitia que os negros frequentassem o mesmo espaço que os brancos.

Esse fato causou enorme repercussão mundial, pois os jogadores do time brasileiro protestaram diante dessa situação. Responderam que jogariam todos ou nenhum. O Presidente Juscelino Kubitschek também se manifestou dizendo que o time não deveria jogar diante daquele tratamento racista. Esta foi a primeira manifestação oficial do governo do Brasil contrária ao regime sul-africano.

A partir deste fato, as autoridades públicas brasileiras se manifestaram sobre o regime de segregação racial na África do Sul. Posteriormente, o Brasil foi o primeiro país a romper as relações diplomáticas com a África do Sul enquanto durava o regime de segregação

> racial naquele país. O Brasil não exportou petróleo e derivados, armas e munições, licenças e patentes para a África do Sul, bem como suspendeu as atividades de intercâmbio cultural, artístico ou desportivo com o Governo de Pretória.

Esse caso de racismo na África do Sul e os últimos acontecimentos de racismo no futebol servem para fazermos um paralelo entre o racismo de segregação racial e o racismo como ideologia de hierarquização entre raças.

Atualmente, a estereotipia do negro como macaco tem sido recorrentemente introduzida nas partidas de futebol tanto no Brasil quanto em outros países do Mundo. Todos os atores das arenas de futebol tem se envolvido nessas manifestações: jogadores, torcidas, árbitros

Não obstante, a boa intenção da campanha "#somostodosmacacos", esta não combate o racismo, mas reforça a ideologia da animalização do negro. Embora, Charles Darwin tenha postulado a origem símia dos seres humanos, somos todos humanos.

Durante séculos, a negação da humanidade do negro é uma das características fundamentais da ideologia racista. As manifestações abertas de preconceito racial durante as partidas de futebol nos últimos tempos expressam essa ideologia da animalização do negro.

Dentre os inúmeros tipos de estereótipos que se verbalizam as atitudes racistas, o estereotipo da animalização é um dos pilares da ideologia discriminação racial. A animalização do negro manifestada nos campos de futebol é resquício do pensamento senhorial que encarava o negro como uma coisa, um animal e uma mercadoria de pouco valor.

Nesses casos de racismo que temos conhecimento, o negro é tratado como se fosse constituído de uma humanidade incompleta. É merecida punição rigorosa contra essas pessoas que comentem o crime de racismo. A impunidade não pode prevalecer nos campos de futebol, pois o racismo é crime imprescritível e inafiançável. O racismo não pode ser aceito no esporte e nem fora dele. A divisão por raça é inaceitável na sociedade moderna. A resposta precisa vir de todos os lados: patrocinadores, televisão, torcedores, times, sociedade e etc.

Nos campos de futebol, o negro se deu muito bem porque a bola era igual para todos. Ali não tínhamos um tratamento desigual, não existiam barreiras para o desenvolvimento no campo. As habilidade e técnicas que são consideradas. O racismo é contra a humanidade e contra o futuro.

Artur Antônio, militante do movimento negro, integrante do Nosso Coletivo Negro, Mestre em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo/USP e Assessor Parlamentar na SEPPIR/PR.



**M** Durante séculos, a negação da humanidade do negro é uma das características fundamentais da ideologia racista. 🦅



# BRASIL 2014: OS BENEFÍCIOS DA COPA DO MUNDO PARA NOSSO PAÍS

O Brasil está exposto. Nós estamos expostos! Uma das consequências de sediar o maior evento esportivo de nosso planeta reside no fato de que tudo aquilo que temos de bom ou de ruim, é divulgado pelo mundo intensamente. Mais ainda, a tentativa de descrever como pretensamente nós somos é explorada de todas as formas e mídias possíveis.

Decerto como o Brasil não resolveu seus desafios básicos em diversas áreas, em destaque; saúde, educação, transporte e eliminação da violência exacerbada, todo tipo e exemplo de mazelas oriundas destas áreas são potencialmente divulgadas em proporções jamais vistas.

Não obstante tais reverberações nos envergonhar perante o mundo, servirão também para que possamos enxergar um novo caminho para mudar nossa realidade.

**Um novo pensamento** da cultura futebolística e esportiva no Brasil pode surgir com "nossa" Copa. 11

Por outro lado, não podemos esquecer que no âmbito esportivo teremos a chance de fazer da Copa do Mundo um evento de grande sucesso. Em princípio, por termos a sorte de reunir as seleções mais tradicionais do futebol. Fato que nem sempre é possível em função das eliminatórias, pois às vezes estas se tornam uma barreira intransponível para uma ou outra seleção de alto gabarito. Não me detenho aos indicadores dos dividendos - ou não! - oriundos do turismo, investimentos esportivos e gerais e tantos outros abordados na mídia. Um novo pensamento da cultura futebolística e esportiva no Brasil pode surgir com "nossa" Copa, mesmo que venha a partir de uma derrota ou de uma vitória, dentro e fora de campo. Creio que a partir das oitavas da final, quando iniciaremos uma arrancada ao título, avaliaremos melhor sobre o impacto e a importância da Copa para o Brasil, no que tange nosso desenvolvimento esportivo.

Precisamente não é possível predizer quais benefícios (ou não!) teremos com a Copa do Mundo. Portanto, prefiro especular sobre como a mesma poderá ser benéfica em termos de transformação de nossa concepção esportiva e motivação para investimentos gerais e aumento da prática esportiva.

Estádios, ginásios, piscinas e qualquer outro equipamento esportivo de qualidade, somado ao investimento profissional daqueles que

dirigem e ensinam além dos mecanismos de oportunidades das práticas esportivas formais são pré- requisitos para o esporte atingir seus fins de saúde e cultura. A Copa do Mundo poderá nos fazer refletir. Reflexão sobre como o esporte pode influenciar a vida das pessoas. Quem aprende a praticar uma modalidade esportiva treina, compete, diverte, enfim "vive" o esporte pelo menos em um período significante da vida, cria uma filosofia própria de bem viver e cuida da saúde como um patrimônio inquestionável. Quem sabe, não será essa Copa o "chute" inicial para

> Quem sabe a Copa do Mundo não será um marco para a educação física escolar? Por exemplo, que ela (a educação física) passe a ser uma disciplina que afaste de vez o analfabetismo sinestésico que assola nosso país. Veja meu caro leitor, em seu

consagrarmos tal constatação?

meio social, quantas pessoas jovens e adultas realmente sabem praticar alguma modalidade esportiva? Revelar atletas? Por que não? Aprender a praticar esporte como cultura e desenvolvimento psicofísico? Por

A Copa do Mundo no Brasil pode ser o inicio da transformação de uma população que pratica pouco esporte formal, tem 50% de pessoas fora do peso ideal e de uma forma geral admite que o esporte seja algo menos importante. Observemos os países desenvolvidos! Torçamos pelo Brasil. Vitória dentro e fora de campo, mas, sobretudo que "nossa" Copa seja o início de uma nova mentalidade esportiva no Brasil!

Renato Miranda Prof. Dr. associado da UFJF Autor do livro: REFLEXÕES DO ESPORTE PARA O DESEMPENHO HUMANO ed. CRV- 2013





Da esquerda para a direita: Maria Tereza Sadek, cientista política e António Cluny, Presidente do Movimento Europeu de Magistrados para Democracia e as Liberdades (MEDEL)



### MPD E APMP PROMOVEM "CICLO DE DEBATES MINISTÉRIO PÚBLICO NOS 25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL"

A atuação do Ministério Público (MP), após vinte e cinco anos da promulgação da A atuação do Ministério Público (MP), após vinte e cinco anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, foi o tema principal do "Ciclo de Debates Ministério Público nos 25 anos da Constituição Federal". O evento foi realizado por meio de uma parceria entre o Movimento do Ministério Público Democrático e a Associação Paulista do Ministério Público (APMP). Para o Promotor de Justiça e Presidente do MPD, Roberto Livianu, o debate sobre o tema é necessário para que seja feito um balanço da atuação do MP nestes últimos 25 anos. Para ele, "o balanço ajuda principalmente à instituição que pode enxergar mais claramente acertos e erros do Ministério Público, além do que precisa ser aprimorado de acordo com o papel da instituição".

Entre os participantes do primeiro debate estiveram presentes o primeiro secretário da APMP, Sérgio Christino; o integrante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Iarbas Soares Júnior; o ex-ministro da Justica e membro da Comissão Nacional da Verdade, José Carlos Dias; o professor catedrático da Universidade de São Paulo (USP) e membro da Comissão Internacional de Iuristas, Dalmo de Abreu Dallari; o deputado federal constituinte e relator do capítulo sobre o Ministério Público na Constituição, Plínio de Arruda Sampaio;

Para o representante da CNMP, Jarbas Soares Júnior, "um dos grandes desafios do Ministério Público é o de fazer funcionar o seu controle interno, pelas corregedorias locais e, externo, pelo Conselho Nacional, para que não sofra mais ameacas às suas prerrogativas". Neste mesmo sentido, José Carlos Dias observou que a Constituição de 1988 deu ao Ministério Público grandes conquistas, mas também grandes responsabilidades e encargos. Dalmo Dallari, por sua vez, ressaltou a qualidade da Carta brasileira: "Ela é admirada em vários países e, das constituições existentes, é uma das mais avancadas". Plínio de Arruda Sampaio. que mais tarde protagonizou outro painel no seminário. participou da mesa de abertura contando um pouco sobre sua trajetória política e seu papel na elaboração da Constituição.

Durante o segundo painel, com o tema "Ministério Público e suas relações com os poderes de Estado", os debatedores foram o deputado federal Alessandro Molon (PT-RI), o professor de Ética e Filosofia Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Roberto Romano, e o presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Amperi), Luciano Mattos. Assim como a mediação foi feita por Roberto Livianu. presidente do Movimento do Ministério Público Democrático (MPD), entidade que idealizou e coordenou o evento, realizado e organizado pela APMP. O deputado Alessandro Molon afirmou que o Ministério Público pode e deve colaborar com o Poder Legislativo, para se aproximar das expectativas da sociedade, que deposita no MP a esperanca da defesa de seus direitos e garantias fundamentais. Ele afirmou que o MP pode contribuir "não só em sua função de fiscalização e controle, mas também auxiliando na elaboração das leis. Podemos colaborar muito mais" - reforçou o parlamentar. Por sua vez. Roberto Romano falou sobre a relação do Ministério Público e a sociedade e destacou seu papel de incentivar os movimentos que lutem pela soberania popular.

A segunda parte do ciclo teve início com o terceiro painel "Controle do Ministério Público". A mesa desse debate reuniu os iornalistas Heródoto Barbeiro, da TV Record News, e Cláudio Abramo, diretor executivo da ONG Transparência Brasil. A mediação foi feita pelo presidente da APMP, Felipe Locke Cavalcanti, e o presidente do Movimento do Ministério Público Democrático (MPD), Roberto Livianu.

Cláudio Abramo afirmou que a sociedade tem forte consciência a respeito da relevância do Ministério Público. "É uma instituição que tem cumprido sua função institucional e tem contribuído com a solução de casos de grande repercussão. Entretanto, veio uma instituição sem transparência interna. Não há publicação de seus dados", criticou. Heródoto Barbeiro, por sua vez, relatou fatos presenciados em sua carreira jornalística e falou sobre o papel da

mídia na divulgação dos trabalhos do Ministério Público. "No Brasil, infelizmente, a maioria das pessoas não conhece seus direitos, e eles estão todos na Constituição Federal", lamentou. Na conclusão do debate, o presidente da APMP falou sobre a necessidade de uma interlocução ainda maior do Ministério Público com a população. "A instituição tem buscado cada vez mais transparência e apoio na sociedade, visando, com isto, cumprir o seu papel constitucional", disse Felipe Locke Cavalcanti. "Nós queremos que o Ministério Público possa fazer o seu papel cada vez melhor, porque sabemos que cada promotor de Iustica atua muito – e a sociedade merece", concluiu.

O quarto painel de debates reuniu o tesoureiro da

Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), José Silvério Perdigão de Oliveira, o ex-procurador-geral de Justica Luiz Antonio Guimarães Marrey, o deputado federal constituinte e relator do capítulo sobre o Ministério Público na Constituição Plínio de Arruda Sampaio e a cientista política da Universidade de São Paulo (USP) Maria Teresa Sadek. "A visão que o povo tinha do Ministério Público mudou com a Constituição de 1988", afirmou Plínio de Arruda Sampaio, que foi o relator do capítulo sobre o MP na Carta. Segundo ele, foram feitas 24 comissões e 3 subcomissões durante a tramitação do capítulo sobre o MP, cheia de emendas. "Faço um balanço positivo, mas acho que pode melhorar", resumiu. A professora Maria Teresa Sadek traçou panorama internacional das constituições de diversos países e detalhou a Carta brasileira no que se refere às características e direitos concedidos ao MP. "O Ministério Público não é apenas fiscal da Lei, mas defensor dos interesses da sociedade", destacou. O ex-procuradorgeral de Justica Luiz Antonio Marrey elogiou a atuação de Plínio de Arruda na Constituição e José Silvério Perdigão de Oliveira ressaltou a importância de um seminário como esse realizado pelo MPD em parceria com a APMP.

O encerramento ocorreu com a palestra "Ministério Público contemporâneo", proferida por Antônio Cluny, procurador-geral adjunto perante o Tribunal de Contas de Portugal e presidente da entidade Magistrados Europeus pela Democracia e Liberdade (Medel). Participaram também da mesa Arnaldo Hossepian, subprocuradorgeral de Justica, Felipe Locke Cavalcanti, presidente da APMP, entidade organizadora do evento, e Roberto Livianu, presidente do Movimento do Ministério Público Democrático (MPD).

Antônio Cluny destacou a importância adquirida pelo Ministério Público em um cenário mundial repleto de conflitos políticos. "E qual é o pano de fundo dessas questões? Os direitos sociais, os movimentos sociais. E são direitos fundamentais, que não podem ser negociados, não estão no comércio", disse. Estiveram presentes durante o Ciclo: o presidente da APMP, Felipe Locke Cavalcanti, a secretária de Justica e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, Eloisa de Souza Arruda, os exprocuradores-gerais de Justica Luiz Antonio Guimarães Marrey e Rodrigo César Rabello Pinho, o presidente da Associação Nacional Dos Procuradores fazer Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, o vicediretor da Escola Paulista da Magistratura (EPM), José Raul Gavião de Almeida, a presidente a Associação do Ministério Público de Alagoas (Ampal), Adilza Inácio de Freitas, o presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Amperi), Luciano Mattos, além de outros representantes da diretoria da APMP, promotores e procuradores de Justica e demais interessados. (com informações da Assessoria de Imprensa da APMP)

### Presidente do MPD participa de seminário em Braga, Portugal

Representando o Ministério Público brasileiro, Roberto Livianu proferiu palestra em evento que discutiu a criação do Ministério Público europeu O Centro de Estudos de Direito da União Européia (CEDU) da Universidade do Minho e a Associação internacional Magistrados Europeus pela Democracia e Liberdades (Medel), com o apoio institucional do Sindicato do Ministério Público de Portugal (SMMP) e do Movimento do Ministério Público Democrático (MPD), do Brasil, realizaram na cidade de Braga, em Portugal, entre 13 e 15 de fevereiro, o seminário "Desafios do Direito Penal da União Européia na Sociedade Mundial", que debateu a criação do Ministério Público europeu. O Ministério Público brasileiro foi representado no evento pelo promotor de Iustica Roberto Livianu, presidente do MPD e membro da Associação Paulista do Ministério Público (APMP). que foi convidado para proferir a palestra "Ministério Público do Brasil hoje: organização e estratégia de atuação integrada entre todos os ramos". Livianu relatou a experiência brasileira, especialmente na defesa dos interesses difusos e coletivos e destacou a necessidade de se refletir sobre a inclusão de destacado papel social ao MP europeu, ponderando sobre a importância de incumbir a European Public Prossecutor's Office (EPPO), a Procuradoria Europeia, de proteger com amplitude a cidadania europeia, já que a imigração, a corrupção transnacional, os ataques ao meio ambiente com grandes repercussões em muitos países bem como o tráfico de pessoas são alguns exemplos de problemas gravíssimos no continente. O desenho preliminar da EPPO, contido no Tratado de Lisboa, de 2009, atribui ao MP europeu a missão de cuidar especialmente de interesse financeiros, econômicos e tributários da EU.

Além dele, o procurador da República e integrante do Gabinete do procurador-geral da República, Ubiratan Cazetta, também expôs outro tema: "Ministério Público Federal e Ministério Público dos estados: autonomia. complementaridade, subsidiariedade, perspectivas e problemas". Participaram do seminário cerca de 50 representantes das associações de magistrados e membros do MP de Alemanha, Áustria, Brasil, Bulgária, Espanha, Franca, Holanda, Itália, Marrocos, Moldávia, Montenegro, Polônia, Portugal, Romênia, e Sérvia. Do Brasil, além de Roberto Livianu e Ubiratan Cazetta, participaram as colegas Maria Tereza Tilé Ferreira (também associada à APMP), Sheila Neves, do MP da Bahia, e Silvana Vianna, do MP do Mato Grosso, todas associadas do MPD (primeira foto, acima).

A solenidade de abertura teve a presença do presidente da Magistrados Europeus pela Democracia e Liberdade (Medel), António Cluny, procurador-geral adjunto de Portugal (segunda foto, acima), que esteve no Brasil em outubro de 2013, proferindo palestra a convite da APMP. do diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Minho, Mário Monti, da diretora do Centro de Estudos em Direito da União Europeia (CEDU), Alessandra Silveira, do presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP) de Portugal, Rui Cardoso, e da ministra da Justica de Portugal, a advogada Paula Teixeira da Cruz. Após as exposições dos brasileiros, houve quatro painéis de debate do Direito Penal da União Europeia e da implementação da EPPO, destacando-se as exposições de Peter Sonkha, da Comissão Europeia, e de José Ribeiro de Albuquerque, do SMMP. O encerramento foi feito pela procuradora-geral da República de Portugal, Joana Marques Vidal. (Assessoria de Imprensa da APMP)



Da esquerda para a direita, Ubiratan Cazetta, procurador da República e integrante do Gabinete do procurador-geral da República; Roberto Livianu, Presidente do MPD; Maria Tereza Tilé Ferreira, Procuradora de Justiça e associada à APMP; Sheilla Maria da Graça Coitinho das Neves, Procuradora de Justiça na Bahia e Silvana Correa Vianna, Procuradora de Justiça no Mato Grosso. Todos associados ao MPD.



# PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA TAMBÉM SÃO CIDADÃS

Dignidade às pessoas em situação de rua é o que a Promotoria de Justica de Defesa dos Direitos Humanos de Belo Horizonte e a Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos) do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) buscam ao debater, com a sociedade, ações e garantias que promovam a inclusão social dessa população. A exposição "Guernica: o clamor das ruas" e a audiência pública sobre a situação da população que vive nas ruas, são duas das atividades que ocorreram durante a Semana de mobilização nacional em defesa das pessoas em situação de rua, promovida pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e coordenada pelo MPMG. De acordo com o coordenador da Cimos. o promotor de Justica Paulo César Vicente Lima, o objetivo destas atividades é chamar a atenção para estes cidadãos, conceder a possibilidade de que eles sejam vistos e ouvidos, além de lutar para que "eles se organizem e se articulem".

A iniciativa marca a adesão do CNMP à campanha 'Sou morador de rua e tenho direito a ter direitos'. Elaborada pelo Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH), em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A campanha tem como objetivo, contribuir para o fortalecimento da atuação do Ministério Público na defesa dessa população de rua.

Em meio à abertura das atividades da semana de mobilização, o conselheiro do CNMP Jarbas Soares Júnior, disse que o trabalho bem sucedido em Minas Gerais com as pessoas em situação de rua deve servir de exemplo e como uma forma de chamar "a atenção de todo o país para os direitos dessa população".

Lima ainda lembrou de cobrar do poder público, em sua fala, que durante a Copa do Mundo haja igualdade de tratamento de todos os cidadãos que vivem próximos às arenas que sediarão os jogos do campeonato. "As pessoas em situação de rua que habitam nos arredores dos estádios onde serão disputados os jogos têm os mesmos direitos dos residentes fixos dessas áreas", afirmou.



Durante a audiência pública, a assessora jurídica do CNDDH, Luana Ferreira Lima, levantou alguns dos problemas com que moradores de rua convivem diariamente e para os quais é necessário que se busque soluções. Entres os pontos por ela levantados, estão: violência física, negligência do poder público e desrespeito a seus direitos. O tratamento humilhante que recebem da sociedade, o despreparo da polícia e dos agentes públicos na hora da abordagem e a ausência de políticas públicas adequadas para que as pessoas nesta situação possam se inserir na sociedade, foram as reclamações mais recorrentes nas falas de quem se encontra nesta situação.

Cerca de 70 participantes entre pessoas em situação de rua, professores universitários e estudantes desse fenômeno social estiveram presentes. Entre as instituições presentes estiveram presentes, por meio de seus representantes: a Pastoral de Rua, o Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua, o CNDDH, a associação Moradia para Todos; o projeto Polos da Cidadania, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); o Centro-POP de BH, o coletivo Margarida Alves, a Defensoria Pública de Direitos Humanos, o Fórum Mineiro de Direitos Humanos, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), a Secretaria Municipal de Políticas Sociais de Belo Horizonte e a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese).

### Guernica: o clamor das ruas

O trabalho exposto no MPMG é uma releitura da obra Guernica de Pablo Picasso que representa o bombardeio alemão na cidade espanhola - que da o nome à obra - durante a guerra civil espanhola.

Fruto de uma oficina do Centro de Referência Especializado em Situação de Rua (Centro Pop), a releitura, segundo o coordenador do grupo, José Marcius Vale, representa o grito das pessoas em situação de rua por mais respeito e compreensão. Ele afirma que "precisamos refletir sobre a vida dessas pessoas, até porque, também somos todos responsáveis por essa situação".



### A VIOLÊNCIA NOS EVENTOS ESPORTIVOS É UM FENÔMENO COMPLEXO

Portugal foi anfitrião, em 2004, do Campeonato Europeu (o "EURO 2004") e é o contributo da experiência legislativa e de organização do Ministério Público que ora se sintetiza. A violência nos eventos esportivos é um fenômeno complexo. Uma das suas especificidades consiste em ter a virtualidade de se estender do estádio para as áreas circundantes, incluindo zonas urbanas e os próprios centros das cidades. Também no percurso de e para o evento esportivo, os efeitos das passagens dos torcedores são sentidos e refletem-se nos níveis de percepção de segurança e na integridade de bens e equipamentos.

Outra característica deste tipo de violência é a atuação grupal, organizada através das torcidas organizadas ou formada no momento, pela associação de seu clube a sentimentos de frustração ou de supremacia. No recinto, a sensação de insegurança decorre, ainda, da pressão e clima de intimidação criados por via da utilização de artefatos. Note-se que a violência no esporte se encontra estritamente associada ao evento, também pela própria atração que o fenômeno da violência gera enquanto evento. Por fim, existe outra dimensão da violência associada ao esporte que se dirige a alvos determinados, os atores: jogadores, árbitros, dirigentes e treinadores. A reação penal (ou a outros níveis do direito sancionatório) a esta realidade, indispensável e especial, tem traços comuns no direito comparado:

- a agravação da moldura penal, frente ao tipo comum (participação em rixa, ofensa à integridade

A violência no esporte se encontra estritamente associada ao evento, também pela própria atração que o fenômeno da violência gera enquanto evento. **7** 

tipificação especial da conduta em função do contexto grupal de atuação do agente;

- a opção por crimes de perigo.

A primeira iniciativa de criminalização surgiu, em Portugal, por ocasião da organização do Euro 2004, através da Lei 16/2004, de 11 de Maio. O aperfeiçoamento dessa normativa veio a ocorrer por via da Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho. A normativa, na sua forma original, previa um conjunto de crimes

que pretendia cobrir as situações de fato, conhecidas, associadas ao fenômeno esportivo, a saber:

a.Crime de dano qualificado no âmbito de evento esportivo, previsto no artigo 29.º.

Prevê-se a situação em que alguém, inserido num grupo de torcedores, organizado ou não, destruir, no todo ou em parte, danificar, desfigurar ou tornar não utilizável transporte público, instalação ou equipamento utilizado pelo público ou de utilidade coletiva ou outros bens de relevo. Visa-se, não a ação do grupo em si, mas a conduta do individuo que age na especial circunstância de se encontrar integrado num grupo com o qual pode ter, apenas, a afinidade de clube. Não é exigida nenhuma ação ao grupo, além da sua presença e da inclusão do agente. É a integração do agente no grupo que lhe cria o ânimo e a circunstância para o delito.

b. Crime de participação em rixa na deslocação para ou de evento esportivo previsto pelo artigo 30.º que tipifica a conduta de participação em rixa, quando da deslocação para ou de evento esportivo. Não se afigura exigível que a deslocação se refira ao próprio dia do evento - não se perde a continuidade e a relação imediata com o evento, mormente se tratar de deslocação organizada. Nos jogos internacionais, em que frequentemente os torcedores chegam à véspera e permanecem para o dia seguinte, o espírito coletivo revela a mesma motivação e subsequente alteração de comportamento, sempre no contexto do evento e por causa do evento.

c. Crime de arremesso de objetos ou de produtos líquidos, artigo 31.º

O arremesso, com criação de perigo para a vida ou a integridade física de outra pessoa, deverá ter lugar no interior do recinto esportivo durante a ocorrência de um evento esportivo.

### É um crime de perigo concreto.

Não é necessário que os objetos e os produtos líquidos tenham características perigosas; a potencialidade de impacto própria do arremesso ou qualquer outra qualidade associada ao produto, ao ato de arremesso ou à combinação entre ambos é suficiente, desde que previsível.

d.Crime de invasão da área do evento esportivo,

O bem jurídico protegido é complexo, incluindo a continuidade e a integridade do evento, na sua vertente desportiva, mas também a proteção dos interesses de exploração do organizador e do

promotor e, por último, o perigo para a integridade física dos agentes esportivos que se encontrem na área do evento.

e. Crime de ofensas à integridade física atuando em

O agente da ofensa à integridade física encontrase no interior do recinto esportivo, durante a ocorrência de um evento esportivo, e atua em grupo. A norma prevê a atuação grupal, no sentido em que existe uma vontade comum e a prática, em conjunto, de atos dirigidos à agressão a outrem, a diferença relativamente à coparticipação típica consiste na desnecessidade de uma decisão conjunta organizada - basta a pura comunhão irracional, a pulsão grupal de agressão. Também não releva penalmente (exceto para a definição concreta do grau de culpa) a forma que a participação de cada um assume: agarrar, empurrar, mover-se com os outros, sobre o alvo, desferir golpes.

f. Crimes contra agentes esportivos específicos,

Quando os atos próprios dos crimes de dano qualificado no âmbito de evento esportivo, participação em rixa na deslocação para ou de evento esportivo e arremesso de objetos ou de produtos líquidos forem praticados de modo a colocar em perigo a vida, a saúde, a integridade física ou a segurança dos praticantes, treinadores, árbitros e demais agentes esportivos que estiverem na área do evento esportivo, bem como aos membros dos órgãos de comunicação social em serviço na mesma, as penas são agravadas, nos sues limites mínimo e máximo, até um terco.

II. Antes do início das provas, a Procuradoria-Geral da República emitiu uma Circular com instruções gerais e promoveu reuniões com todos os parceiros: polícias, medicina legal, laboratório de polícia científica. E as polícias articularam-se com os corpos policiais especialistas em torcidas dos Estados participantes.

As grandes linhas de intervenção do Ministério Público foram: o conhecimento dos fenômenos, a prevenção, a intervenção imediata, a cooperação e a utilização das formas especiais do processo penal.

Teresa de Almeida, Procuradora da República. Foi assessora do Procurador-Geral da República. Coordenadora da investigação do crime financeiro em Lisboa. Publicações na área da defesa do consumidor e do direito do desporto.

situação de rua que habitam nos arredores dos estádios onde serão disputados os jogos têm os mesmos direitos dos residentes fixos dessas

áreas 🖅

As pessoas em

36 I REVISTA MPD DIALÓGICO I Nº 42 I JUNHO 2014



# TÁTICA MENTE

A História Das Copas Explicada Pelas Cabeças e Pranchetas Dos Treinadores de autoria de Paulo Vinicius Coelho, Editora Saraiva/2014 A obra fala das táticas de grandes seleções ganhadoras de títulos da Copa do Mundo, como a Hungria de 1954, o Brasil de 1970, a Holanda de 1974 e a Espanha de 2010. Através da história, o Jornalista Paulo Vinicius Coelho aponta que um tipo vencedor não depende apenas de habilidade, mas mas estratégia e bom esquema tático. Ao todo, o livro reúne a história de 30 soleções que se destacaram no mundial.



### O NEGRO NO FUTEBOL BRASILEIRO de Mario Filho, Editora Mauad X/2003

Considerado o maior clássico da literatura esportiva brasileira, o livro foi lançada pela primeira vez em 1947 (Pongetti Editores). Irmão de Nelson Rodrigues, Mario Filho chegou a ser acusado de ter inventado várias histórias da obra. Mas às críticas da época respondeu na primeira edição de outro trabalho chamado Literatura na Arquibancada: "Não, eu não usei a imaginação. Nenhum historiador teria tido mais cuidado do que eu em selecionar os dados, em comprovar-lhe a veracidade por averiguações exaustivas. Às vezes uma simples dúvida me fazia inutilizar um capítulo, obrigando-me a novos trabalhos e pesquisas".



### UM JOGO CADA VEZ MAIS SUJO de autoria de Andrew Jennings, UM Editora/2014

Nova obra do jornalista e escritor britânico conta os bastidores da máfia que manipula os sorteios e a venda de ingressos da Fifa. Andrew se tornou conhecido como inimigo número 1 da Fifa, após seu trabalho anterior "Jogo Sujo - O mundo secreto da Fifa", publicado em 2001. Desde então o britânico se tornou o único jornalista do mundo a ser proibido de participar da cobertura de qualquer evento da Fifa pelo mundo.

Por Que Não Desisto - Futebol, Dinheiro e Política de autoria de Juca Kfouri, Disal Editora/2009 Juka Kfouri fala de muita coisa nessa obra, desde a beleza do esporte aos bastidores com suas negociatas e politicagens e avaliações quanto a uma Copa do Mundo no Brasil. O jornalista analisa antigos vícios do esporte e ainda reflete sobre a dedicação brasileira em sediar os Jogos Olímpicos e as dificuldades de se dirigir um clube de futebol.



Retratos da Bola ao Redor do Mundo de autoria de Caio Vilela, Editora Panda Books/2009 O fotógrafo brasileiro Caio Vilela colecionou imagens durante cinco anos pelos cinco continentes do planeta de partidas de futebol nas ruas, nos campos ou em lugares inusitados, como na base do Everest. O trabalho traz fotos inusitadas de cambojanos jogando ao lado de "elefantes-táxis", meninos do Tibete jogando uma pelada literalmente sem roupa, um grupo de pescadores brincando nas areias de Fiji e vietnamitas exibindo da camisa da seleção brasileira.



### **OS SEM COPA**

Craques que Encantaram o Brasil e nunca participaram de um Mundial de autoria de Clara Albuquerque, Editora Maquinária/2013 A obra conta a história de carques brasileiros que, pelos mais diversos motivos, não foram escalados para representar o país em um mundial. De Friedenreich, passando por Oberdan Cattani, Heleno, Tesourinha, Evaristo até chegar em Geraldo, Roberto Batata e Dener, a jornalista Clara Albuquerque costura histórias envoltas em dramas e paixões.



### Fora do Jogo (Offside)

Filme iraniano de Jafar Panahi, 2006, conta a história de jovens mulheres que se disfarçam de homens para entrar nos estádios. A cultura machista do país proíbe as mulheres de assistirem jogos de futebol, em um ambiente tipicamente masculino. A história gira em torno da partida entre Irã Bahrein pelas eliminatórias da Copa de 2006, evoluindo para a tensão das meninas em serem descobertas pelos guardas.



O Ano em que o Mundo Descobriu o Brasil", documentário de José Carlos Asberg (2008), conta a história do primeiro título mundial do país através de entrevistas com os próprios protagonistas e comentaristas esportivos que viveram a época, dentre eles João Havelange, Luiz Carlos Barreto, Orlando Durante e Paulo Planet Buarque.



### Os Dois Escobares

Documentário tocante de de Jeff Zimbalist e Michael Zimbalist (2010) conta a história de dois homens de mesmo sobrenome. Um despontava na seleção durante a década de ouro do futebol colombiano o outro Plablo Escobar, na chefia do Cartel de Medellin, anos 1980. Os diretores fazem uma relação entre a paternalidade do traficante Escobar em uma nação de terceiro mundo e o triste erro do atleta Escobar quando fez um gol contra que ajudou a desclassificar a Colombia em 1994.



MEMÓRIA: ANTONIO VISCONTI

# CORRUPÇÃO NO FUTEBOL DA ATUALIDADE

Pouco se fala hoje sobre suborno de árbitros ou jogadores com vistas a distorcer o resultado de alguma partida. Nas décadas de 40 e 50 era comum se dizer que tal árbitro ou jogador era "gaveteiro", ou seja, habitualmente aceitava vantagem econômica para facilitar a vitória do corruptor, Largamente se propalava existir o "trem da gaveta", que levava os árbitros de partidas no interior, em especial da 2ª Divisão.

Ouvi de uma das grandes figuras do Ministério Público paulista, Dr. Mario de Mora e Albuquerque, que a concentração de jogadores alguns dias antes de cada jogo destinava-se principalmente a dificultar a "gaveta". No final dos anos 50 um grande jornal da época, a "Última Hora", publicou série de reportagens narrando episódios desse jaez. Na ocasião, ex-presidente de time de minha terra, Itapetininga, disse que, se procurado, contaria haver "comprado" todos os árbitros de partidas realizadas nessa cidade, no tempo em que dirigiu a agremiação.

Esse assunto sumiu do noticiário e das conversas. Há alguns anos houve escândalos ligados a arbitragens dirigidas a produzir certos resultados e no campeonato brasileiro de 2005 numerosas partidas foram anuladas, ante a constatação de que certo árbitro interferira intencionalmente nos resultados de muitos jogos - e todos envolvidos foram absolvidos nos processos a que responderam. Exceção, contudo.

Comenta-se muito hoje sobre dirigentes e empresários que levam vantagens criminosas em transferências de jogadores.

Há uns 15 anos, porém, estourou escândalo, denunciado pela "Folha de São Paulo", ligado a uma partida entre a Portuguesa de Desportos e a Portuguesa Santista, no qual a primeira precisava vencer ou empatar Não se comprovou que o dinheiro houvesse sido entregue ao goleiro (a partida terminou com empate de 4 x 4 e esse resultado favoreceu a classificação da Lusa para etapa seguinte do certame). Saíram dos seus cofres R\$ 130.000,00 que deveriam ser entregues ao goleiro Nasser, do time santista, a fim de colaborar com a vitória do adversário. Diretor da Lusa passou a quantia em cheque ao empresário do atleta. Meses depois foi contratado pela Lusa, após ameaçar revelar o episódio. Logo em seguida a "Folha" escancarou os fatos, instaurou-se inquérito policial e o Procurador-Geral de Justiça Luiz Antonio Marrey designou o Promotor Pedro Manoel Ramos para acompanhar a investigação, que obteve instauração de processo criminal contra o presidente e dirigentes do clube e do empresário do jogador.

O que se provou afinal foi que o diretor de futebol do clube e o empresário do jogador dividiram entre si o dinheiro. O último colocou o cheque de R\$ 130.000,00 em sua conta bancária e deu outro na metade desse valor ao dirigente. E lesada foi a Portuguesa de Desportos, de cujos cofres saiu o dinheiro para o suposto suborno, do qual se apropriaram os citados indivíduos.

Não se provou ocorrência de suborno, mas ficou evidenciada trama criminosa beneficiando dirigente e empresário de jogador, não tendo se esclarecido o que levou à não consumação da "gaveta". Polícia, Ministério Público e Judiciário cumpriram seu papel, na medida do possível. Ao menos uma vez, pessoas desonestas que tiram proveito ilícito do futebol receberam a punição criminal correspondente. Gota d'água no oceano. Parece muito distante ainda o dia em que a repressão penal se faça mais efetiva, desestimulando relevantemente essas torvas práticas.

17 de maio de 2014

38 I REVISTA MPD DIALÓGICO I Nº 42 I JUNHO 2014 JUNHO 2014 I Nº 42 I REVISTA MPD DIALÓGICO I 39

# Não aceito corrupção!

NÃOACEITOCORRUPÇÃO.COM.BR

Corrupção.

Não leve. Não aceite. Denuncia.

NÃOACEITOCORRUPÇÃO COM.R

Vista essa camisa. Conscientize-se. Denuncie.

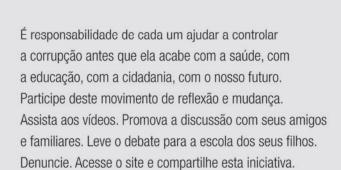
Corrupção,

NÃOACEITOCORRUPÇÃO.COM/R

Baixe o aplicativo e

acesse também pelo seu celular: HTTP://

universo.mobi/nac





A campanha "Não Aceito Corrupção" é uma iniciativa do Movimento do Ministério Público Democrático (MPD) em prol de um Brasil mais justo, democrático e com respeito à cidadania.









